



Economia brasileira. Desafios e perspectivas

Mansueto Almeida

A concentração do investimento e da produção em poucos setores

Regis Bonelli

Indústria perde peso, mas não há desindustrialização

Fernando Cardim de Carvalho

As controvérsias da política econômica brasileira

E mais:

>> **Peter Phan:**

Conhecer Jesus a partir dos não cristãos

>> **Jairo Rogge:**

A história e as histórias dos guarani

Economia brasileira. Desafios e perspectivas

A economia brasileira cresceu nos últimos anos e, segundo estimativa da Organização das Nações Unidas - ONU, o crescimento pode chegar a 7,6% este ano. Apesar da expectativa, economistas divergem sobre o potencial industrial brasileiro: alguns defendem que a economia continua passando por um processo de desindustrialização, enquanto os mais otimistas argumentam que a doença holandesa faz parte do passado da história econômica.

Na **IHU On-Line** desta semana alguns economistas brasileiros discutem os rumos, as perspectivas e os desafios da economia brasileira.

Participam do debate o economista e Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, **Mansueto Almeida**; o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, **Carlos Lessa**; o economista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia - IBRE, da Fundação Getúlio Vargas - FGV, **Regis Bonelli**; o diretor executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI, **Júlio Gomes de Almeida**; o professor da Universidade de Brasília - UnB, **José Luis Oreiro**; o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, **Fernando Cardim de Carvalho**; o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, **Reinaldo Gonçalves**; o professor da Universidade de Campinas - Unicamp, **Fernando Sarti**; e o professor da Universidade do Rio Grande do Sul - UFRGS, **Fernando Ferrari Filho**.

Completam esta edição três entrevistas e um artigo.

O teólogo vietnamita radicado nos EUA, **Peter C. Phan**, reflete sobre a possibilidade de conhecer Jesus a partir dos não cristãos, **Jairo Rogge**, pesquisador da Universidade e desenvolve atividades no Instituto Anchietano de Pesquisas e da Unisinos, fala sobre a história e as histórias do povo Guarani e **Bianca Sordi Stock**, psicóloga e professora da Unisinos, reflete sobre "Psicologia, Saúde Mental e Povos Indígenas: composição de possíveis".

Um artigo de **Eduardo de Menezes**, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, sobre o contexto histórico da atuação sindical e a convergência midiática, complementa esta edição.

A todas e a todos uma ótima semana e uma excelente leitura.

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do site: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br), Rafaela Kley e Cássio de Almeida. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no site www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Ministério
da Cultura



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | **Mansueto Almeida:** A concentração do investimento e da produção em poucos setores

PÁGINA 09 | **Carlos Lessa:** Uma economia do petróleo

PÁGINA 12 | **Regis Bonelli:** Indústria perde peso, mas não há desindustrialização

PÁGINA 15 | **Júlio Gomes de Almeida:** Apesar da desindustrialização, economia brasileira cresce

PÁGINA 18 | **José Luís Oreiro:** A atual política cambial é absolutamente perversa

PÁGINA 21 | **Fernando Cardim de Carvalho:** As controvérsias da política econômica brasileira

PÁGINA 23 | **Reinaldo Gonçalves:** A reprimarização é o subdesenvolvimento

PÁGINA 26 | **Fernando Sarti:** Internacionalização favorece industrialização

PÁGINA 28 | **Fernando Ferrari Filho:** Economia brasileira e a síndrome do Peter Pan

B. Destaques da semana

» Teologia Pública

PÁGINA 31 | **Peter C. Phan:** Conhecer Jesus a partir dos não cristãos: uma proposta e um desafio teológico

» Coluna do Cepos

PÁGINA 36 | **Eduardo Silveira de Menezes:** O contexto histórico da atuação sindical e a convergência midiática

» Destaques On-Line

PÁGINA 38 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos

PÁGINA 42 | **Jairo Rogge:** História contínua: os Guarani de ontem e hoje

PÁGINA 44 | **Bianca Sordi Stock:** “Os indígenas estão contribuindo imensamente com a Psicologia”

» IHU Repórter

PÁGINA 46 | **Alfredo Veiga Neto**



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

A concentração do investimento e da produção em poucos setores

Para o economista Mansueto Almeida, o Brasil não vive uma desindustrialização e, sim, maior concentração de investimentos e de produção industrial em poucos setores. Segundo ele, a política industrial brasileira promove grandes empresas para “fazer mais do mesmo”

POR PATRÍCIA FACHIN

“**N**ão entendo porque temos que focar tanto na criação de grandes empresas. No mundo, as inovações radicais vêm de empresas pequenas e não de grandes, embora essas últimas são as que normalmente se associam às pequenas para levar essas inovações ao mercado”. A opinião é do Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Mansueto Almeida. Na avaliação do economista, a política industrial brasileira é ampla e ambiciosa, mas beneficia setores da indústria que já são competitivos. Além do mais, enfatiza, “as políticas de fomento setorial envolvem uma contradição desde a sua concepção. Por um lado, a política industrial tenta incentivar a indústria que se quer ter (mais intensiva em tecnologia), mas essa política mostra seus resultados apenas no longo prazo. Por outro lado, para aumentar a taxa de investimento na economia brasileira hoje é muito mais fácil incentivar os setores da economia que já são competitivos, ou seja, aqueles setores ligados à indústria extrativa, siderurgia, petróleo e gás, alimentos e bebidas e agribusiness”.

Ainda nesta entrevista, concedida, por e-mail, para a **IHU On-Line**, Almeida assinala que o modelo de desenvolvimento brasileiro ainda não está claro e que “ter um Estado mais ativo e um banco de desenvolvimento com mais recursos não é um projeto nacional”. Ele também faz um alerta para “o excesso de otimismo” brasileiro e alfineta: “Da mesma forma que o pessimismo nos leva ao imobilismo por não aproveitar as oportunidades de reformas e crescimento que se apresentam, o excesso de otimismo cria a falsa expectativa de que não precisamos fazer mais nada, pois o país já teria entrado em um rota de crescimento sustentável, o que não é verdade”.

Mansueto Facundo de Almeida Jr. é formado em Economia pela Universidade Federal do Ceará - UFCE, mestre em Economia pela Universidade de São Paulo - USP. Ele cursou doutorado em Políticas Públicas no MIT, Cambridge, EUA. É ex-coordenador-geral de política monetária e financeira na Secretaria de Política Econômica no Ministério da Fazenda (1995-1997), ex-assessor da Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo do Senado Federal (2005-2006). Em seu blog, publica artigos sobre desenvolvimento, política econômica e crescimento. Acesse em <<http://mansueto.wordpress.com/>>. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O Brasil vive hoje um período de desindustrialização ou industrialização?

Mansueto Almeida - Não se sabe exatamente hoje se o Brasil vive uma desindustrialização. Para alguns economistas, esse processo está em curso com a perda da participação da indústria no PIB e teria relação com a baixa competitividade dos produtos manu-

faturados, que vêm perdendo participação na nossa pauta de exportação. No entanto, outros indicadores, como o crescimento da produção industrial, não permitem a conclusão que está ocorrendo uma desindustrialização. O que há no Brasil é uma maior concentração dos investimentos e da produção industrial em poucos setores: na indústria extrativa, na fabricação de

alimentos e bebidas, e nas atividades relacionadas ao refino de petróleo.

IHU On-Line - Como define a política industrial do Brasil? Quais suas implicações?

Mansueto Almeida - A política industrial do Brasil é muito ambiciosa, já que envolve políticas de fomento para vários setores. Mas o problema que te-

mos hoje com a nossa política industrial é que, ao ser uma política muito ampla, os setores da nossa indústria que já são mais competitivos conseguem ter acesso aos programas do governo e empréstimos do BNDES com mais facilidade do que outros setores que queremos incentivar (biotecnologia, indústria de TI etc.). Assim, ao invés de modificar nossas vantagens comparativas, temos o risco de consolidar a estrutura atual de nossa indústria que se concentra cada vez mais na indústria extrativa, fabricação de alimentos e bebidas, e as atividades relacionados à extração e refino de petróleo.

IHU On-Line - Nesse sentido, de que política industrial o Brasil precisa?

Mansueto Almeida - A política industrial precisa ser mais ousada em duas frentes. Primeiro, temos que entender que mais de 60% das empresas brasileiras estão muito aquém do que se chama da fronteira tecnológica. Essa é a realidade de nossas pequenas e médias empresas no interior do Brasil. Assim, precisamos de uma política mais ousada de melhoria de gestão e “atualização” tecnológica dessas empresas. O Brasil hoje já é um país empreendedor; o problema é que muitas instituições brasileiras já nascem com atraso tecnológico e baixa produtividade. Segundo, precisamos investir mais em inovação, mesmo que esse investimento seja de risco e que envolva maiores subsídios. Por exemplo, o orçamento total dos Fundos Setoriais em 2009, que são os principais instrumentos de financiamento à inovação no Brasil, foi de R\$ 2,7 bilhões e menos da metade desses recursos foram liberados. Um país que precisa urgentemente investir em inovação não pode se dar ao luxo de “contingenciar” recursos para inovação. Esses recursos poderiam até mesmo serem aplicados a fundo perdido para inovação, seria mais produtivo do que ficarem guardados na conta única do Tesouro Nacional.

IHU On-Line - A política econômica do BNDES demonstra que postura em relação à industrialização do país?

Mansueto Almeida - É difícil respon-

“As empresas pequenas e médias no Vale dos Sinos são tão ou mais importantes que a Petrobrás e os frigoríficos e precisam de mais crédito público do que a Petrobrás”

der a esta pergunta por que as políticas de fomento setorial envolvem uma contradição desde a sua concepção. Por um lado, a política industrial tenta incentivar a indústria que se quer ter (mais intensiva em tecnologia), mas essa política mostra seus resultados apenas no longo prazo. Por outro lado, para aumentar a taxa de investimento na economia brasileira hoje é muito mais fácil incentivar os setores da economia que já são competitivos, ou seja, setores ligados à indústria extrativa, siderurgia, petróleo e gás, alimentos e bebidas e agribusiness. O receio que tenho é que estamos tendo mais sucesso em consolidar o que já somos, um país com vantagem competitiva em produtos de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, ao invés do que queremos ser.

IHU On-Line - O senhor fala em falso dilema entre “fortalecimento” versus “não fortalecimento” do BNDES. Pode nos explicar essa ideia?

Mansueto Almeida - Sim, muitos acham que se você critica algumas operações do BNDES, você seria contra o banco e a política industrial. Esse não é o debate. Há muitos economistas, entre os quais me incluo, que acham o papel do BNDES importante para economia brasileira e para promoção do investimento industrial. O que alerta com as minhas críticas é que, como hoje há uma carência de recursos para o BNDES, temos que estabelecer quais operações são prioritárias para o banco. Há operações que o BNDES faz que poderiam ser estruturadas no mercado

de capitais e com crédito privado sem a interferência do banco. Para mim, as empresas pequenas e médias no Vale dos Sinos¹ são tão ou mais importantes que a Petrobrás e os frigoríficos e precisam de mais crédito público do que a Petrobrás. Apenas no ano passado, o BNDES emprestou R\$ 25 bilhões para a Petrobrás. Como esse dinheiro não estava parado no banco, o Tesouro Nacional teve que aumentar sua dívida para viabilizar essa operação. Poderia ter emprestado menos para a Petrobrás e disponibilizar mais dinheiro para programas voltados para as empresas pequenas e médias.

IHU On-Line - Ainda sobre esse assunto, o senhor disse, em um de seus artigos, que o Tesouro Nacional aumentou a dívida pública para emprestar R\$ 100 bilhões em 2009 e R\$ 80 bilhões em 2010 para o BNDES, a taxa de juros subsidiadas. Quais as implicações econômicas e sociais dessa política para o país? Quais os custos das políticas de investimentos do BNDES?

Mansueto Almeida - Essa política tem custos e benefícios e o custo dessa política não é pequeno. Há dois tipos de custo. Primeiro, o custo do diferencial de juros, já que para conseguir esse dinheiro o Tesouro Nacional tem que emitir uma dívida que paga SELIC² (hoje, 10,75% ao ano) e empresta os

¹ Vale do Sinos: região onde se localizam 14 municípios: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. Sobre o tema, confira as seguintes edições da revista IHU On-Line: *Vale do Sinos. Da produção calçadista ao high-tech*, número 328, de 10/5/2010, disponível em <http://migre.me/13myb>; *Rio dos Sinos, um ano depois da tragédia. Ainda é possível salvá-lo?*, edição 242, de 05/11/2007, disponível em <http://migre.me/13myb> e *Vale do Sinos em crise. Diagnóstico e perspectivas*, edição 225, de 25/6/2007, disponível em <http://migre.me/13mzs>. (Nota da IHU On-Line)

² Taxa SELIC: índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelo mercado se balizam no Brasil. É a taxa básica utilizada como referência pela política monetária. A taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), expressa na forma anual, é a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e realizadas no SELIC, na forma de operações compromissadas. É divulgada pelo Comitê de Política Monetária (Copom). (Nota da IHU On-Line)

recursos para o BNDES cobrando uma taxa de juros menor, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) que hoje é de 6% ao ano. Calculando o que o BNDES paga ao Tesouro e quanto o Tesouro paga aos investidores, temos um buraco de cerca de R\$ 8 bilhões ao ano. Há ainda um segundo custo que é o orçamentário que o Tesouro Nacional concede diretamente ao BNDES e a bancos que são agentes financeiros do BNDES para que alguns dos programas no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) tenham uma taxa de juros até mesmo menor do que a TJLP. Esse segundo custo monta a R\$ 5 bilhões ao ano, segundo declaração do Ministro da Fazenda Guido Mantega, e diminui o resultado primário.

Quando se soma os dois custos que falei acima (custo financeiro do diferencial de juros mais o custo orçamentário do subsídio ao PSI) chega-se à conclusão que os empréstimos ao BNDES têm hoje um custo para o contribuinte de cerca de R\$ 13 bilhões ao ano.

Por isso, o banco precisa se comunicar melhor com a sociedade e mostrar de que forma esses recursos estão sendo utilizados. Apenas falar que os recursos são utilizados para fomentar o investimento e a produção na economia brasileira não é suficiente. O grande problema é que hoje não se têm ideia dos impactos econômicos e sociais dessa política. Há empresas que são beneficiadas que não precisariam do apoio do BNDES por estarem no grupo das mais competitivas do Brasil e há outras que precisam e enfrentam dificuldade de acesso a esses recursos.

IHU On-Line - O governo tem dado amplo apoio a gigantes nacionais, em especial aos frigoríficos. O que isso significa, neste momento?

Mansueto Almeida - O BNDES que teria que responder essa questão. Por exemplo, o que está estabelecido na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) para o setor de carnes? A PDP fala em (i) Consolidar o Brasil como o maior exportador mundial de proteína animal; (ii) Fazer do Complexo Carnes o principal setor exportador do agronegócio brasileiro. Nada é dito sobre uma política de concentração do setor ou mesmo a criação de campeãs nacionais.

“Calculando o que o BNDES paga ao Tesouro e quanto o Tesouro paga aos investidores, temos um buraco de cerca de R\$ 8 bilhões ao ano”

Os maiores desafios identificados na PDP para o setor de carnes são: ampliar o acesso a mercados com a eliminação das barreiras comerciais; melhorar o status sanitário da pecuária nacional; modernizar e ampliar a infra-estrutura logística; garantir o abastecimento de insumos para a produção animal; aumentar o número de matrizes no rebanho nacional; e agregar valor à carne exportada. De que forma a maior concentração do setor de carnes no Brasil com o apoio excessivo aos frigoríficos ajuda no alcance dos objetivos acima? Apenas uma maior concentração do mercado não implica na eliminação das barreiras comerciais nem tão pouco na melhoria do status sanitário nem mesmo na modernização da infra-estrutura logística. A concentração de mercado e a formação de grandes empresas nacionais no setor pode até ser positivo, mas precisa ser explicado pelo BNDES que executa tal política.

IHU On-Line - E o que isso pode significar em relação ao avanço do agronegócio no país?

Mansueto Almeida - Sinceramente, o que enxergo é que teremos setores mais concentrados e a formação de grandes empresas nacionais nesses setores. A parte boa é que com empresas maiores passamos a ter mais controle na cadeia global de produção de alguns produtos. Isso sem dúvida será positivo para as empresas. Mas qual o ganho para os fornecedores dessas empresas? Essa estratégia aumenta a inserção dos pequenos e médios produtores brasileiros no comércio internacional? E qual o ganho para a sociedade? A simples concentração do setor de agronegócios não significa benefícios líquidos e certos para todos os participantes nes-

sa cadeia no Brasil nem mesmo para a sociedade brasileira.

IHU On-Line - O Brasil investe em usinas, frigoríficos, hidroelétricas. O que se pode entender como estratégia política econômica do governo a partir desses investimentos?

Mansueto Almeida - A política de fortalecimento de gigantes nacionais tem uma lógica baseada na teoria da organização de cadeias globais de produção, um dos maiores estudiosos desse assunto é um sociólogo da Duke University, Gary Gereffi³. O professor Gereffi mostra que uma empresa e país se beneficiam mais ou menos do comércio internacional dependendo de sua inserção na cadeia global de produção. Por exemplo, a Nike, que é a maior empresa de calçados no mundo, não produz um único par de tênis. A empresa investe apenas na especificação do design dos seus produtos, no gerenciamento da marca e na comercialização. A produção propriamente dita é totalmente terceirizada. A Nike controla a cadeia global de produção do setor no qual está inserida e com isso consegue extrair a maior parte do valor gerado ao longo da cadeia de produção de um tênis. Mas se para empresas essa estratégia de posicionamento na cadeia é importante, o ganho para seus fornecedores não é líquido e certo. O que quero que seja explicado é de que forma o benefício da criação de gigantes nacionais favorece não apenas essas empresas, mas também os seus fornecedores e até mesmo se a política faz sentido, pois se o benefício da concentração for claro o próprio mercado financiará a concentração.

IHU On-Line - O senhor diz que governos ao redor do mundo estão desesperados para acelerar o crescimento econômico. Então, políticas de investimento como a do BNDES são uma tendência mundial?

Mansueto Almeida - Acredito que sim. Para a minha surpresa, vários países passaram novamente a incentivar setores. Nos EUA, por exemplo, o governo

30 Gary Gereffi: sociólogo, leciona no Departamento de Sociologia da Universidade Duke (EUA). (Nota da IHU On-Line)

passou a ser parceiro de empresas do setor automotivo com os empréstimos para a GM e Chrysler e, mesmo antes da crise, os EUA investiam muito dinheiro, algo como US\$ 100 bilhões por ano, com incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento de tecnologias ligadas a programas do Departamento de Defesa. Os países da Europa voltaram a fazer política industrial, os países da América Latina, da Ásia e até mesmo no continente Africano. Países como a África do Sul têm uma política industrial ativa e nem precisamos falar da Índia e China. No entanto, “política industrial” é um termo dúbio, já que é um termo utilizado tanto para socorrer indústrias falidas como para promover inovação que beneficia não uma empresa, mas toda sociedade. Assim, mais do que discutir se queremos ou não ter política industrial precisamos discutir exatamente de que tipo de política industrial estamos falando. Precisamos ter essa discussão no Brasil.

IHU On-Line - Que modelo de desenvolvimento se consolida a partir da atual política econômica? Na sua avaliação, ainda vigora no Brasil a ideia de um projeto nacional?

Mansueto Almeida - A sensação que tenho é que voltamos a fazer política industrial, mas ao mesmo tempo temos “vergonha” dessas políticas. Nossa política industrial toma a forma real de promover grandes empresas para fazer mais do mesmo. Se o nosso modelo for o que foi feito na Coreia do Sul nos anos 60 e 70, estamos fazendo a política errada. Quando o governo Coreano subsidiou a Samsung, não foi para essa empresa continuar produzindo têxtil e confecções. Mas para o grupo começar a investir em outras indústrias como no setor de eletrônicos. A criação dos grandes grupos empresariais na Coreia estava necessariamente ligada a um processo de diversificação dos investimentos dos grandes grupos empresariais em novos setores. Não é isso que estamos fazendo. Ademais, não entendo porque temos que focar tanto na criação de grandes empresas. No mundo, as inovações radicais vêm de empresas pequenas e não de grandes, embora essas últimas são as que normalmente se associam às pequenas para levar essas

inovações ao mercado. Para mim, não é muito claro o modelo que queremos seguir e qual nosso projeto de longo prazo. Ter um Estado mais ativo e um banco de desenvolvimento com mais recursos não é um projeto nacional, pode até ser o meio de se alcançar este projeto que hoje não sei qual é, pois o horizonte de planejamento do governo não passa de quatro anos.

IHU On-Line - A economia brasileira vem crescendo nos últimos anos e a estimativa é de que atinja 7,6% neste ano. Vislumbra a continuação desse crescimento? Ele será sustentável a longo prazo?

Mansueto Almeida - Não é sustentável porque para crescer a essa taxa, seguidamente, precisamos de uma taxa de investimento acima de 25% do PIB e, como não temos hoje poupança doméstica para financiar esses investimentos, isso implica pedir emprestado ao resto do mundo, o que se traduz em um elevado déficit em conta corrente, que é equivalente a poupança externa. O Brasil consegue crescer sem muitos problemas entre 4% e 4,5% ao ano, mas, além disso, temos pressão inflacionária e aumento do déficit em conta corrente, que neste ano já será superior a 2,5% do PIB. O que fazer? Aumentar a poupança doméstica, desonerar o investimento produtivo e aumentar a produtividade do investimento com incentivos maiores à educação e qualificação do trabalhador.

Nos próximos anos poderemos fazer isso porque temos dois fatores positivos: a demanda exponencial por commodities no mundo que está beneficiando o Brasil e América Latina, e o descobrimento do pré-sal, que é uma riqueza substancial para o Brasil. Assim, teremos recursos para continuar uma agenda de reformas e investimento que poderá, daqui a alguns anos, aumentar o crescimento potencial do PIB para taxas superiores a 5% ao ano. Apenas com estímulos fiscais, como estamos fazendo hoje, não vamos crescer muito acima de 4% ao ano. No longo prazo, o que determina o crescimento de uma economia é o crescimento da produtividade e não aumento artificial de demanda.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Mansueto Almeida - Sim, precisamos de um debate maior no Brasil em relação às políticas de investimento setoriais que estamos fazendo, o que é e o que não é necessário. Acho perigoso o excesso de otimismo que vejo hoje no Brasil, pois da mesma forma que o pessimismo nos leva ao imobilismo por não aproveitar as oportunidades de reformas e crescimento que se apresentam, o excesso de otimismo cria a falsa expectativa que não precisamos fazer mais nada; isto por que o país já teria entrado em uma rota de crescimento sustentável, o que não é verdade. No Brasil, precisamos saber definir prioridades e avaliar os custos e benefícios das políticas setoriais. Por exemplo, não vejo o início da construção do Trem Bala⁴ nos próximos anos como algo prioritário para o Brasil. Pode até ser uma discussão para termos daqui a cinco ou dez anos, mas hoje o prioritário são os investimentos em aeroportos, portos e recuperação de rodovias.

Recursos públicos são escassos e precisamos discutir melhor o que fazer com eles. O Brasil ainda é um país desigual e com muitas contradições. Assim, precisamos também investir mais em saúde e educação. Dado este excesso de demanda por recursos públicos, precisamos de um maior debate para identificar o que é prioritário. Não vejo tal discussão acontecendo hoje e não entendo porque a sociedade brasileira aplaude a construção de um trem bala de mais de R\$ 30 bilhões ou mesmo a capitalização da Petrobrás com recursos públicos superiores a R\$ 50 bilhões, quando o destino de uma criança no Brasil ainda é determinado na família e no local que nasce. Um criança nascida em uma família de classe média em Porto Alegre tem muito mais chance de crescer saudável e ter acesso a uma boa educação do que uma criança de um trabalhador rural no interior do Piauí. Assim, precisamos discutir mais quais são nossas prioridades e controlar mais nosso entusiasmo com as políticas de fomento setorial.

⁴ Sobre o assunto, confira as *Notícias do Dia* do site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, de 28-10-2009, link <http://migre.me/13mKh>, intitulado *Brasil virará um canteiro de obras nos próximos cinco anos*, diz Miguel Jorge. (Nota da IHU On-Line)

Uma economia do petróleo

“Está se criando uma bolha de consumo e endividamento colossal, que, quando estourar, vai gerar uma estagnação econômica prolongada”, analisa Carlos Lessa

POR PATRÍCIA FACHIN

A economia brasileira está se recuperando depois de 25 anos de estagnação. No entanto, caso a indústria nacional não retome o crescimento da capacidade produtiva, o atual endividamento familiar ocasionado pela liberação de crédito pode ter como consequência uma “bolha de consumo e endividamento colossal, que, quando estourar, vai gerar uma estagnação econômica prolongada”. O alerta é do economista e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Carlos Lessa.

Para ele, a economia do petróleo, criada pelo Presidente Lula, pode ser a alavanca para o desenvolvimento industrial. E aposta: “Todas as indústrias associadas a abastecer a economia do petróleo e todas as atividades de processamento de petróleo para fazer outros produtos terão altíssima prioridade e mercado firme por que essa economia irá crescer”.

Na entrevista a seguir, concedida, por telefone, para a **IHU On-Line**, Lessa menciona que a economia nacional só irá crescer “se o novo governo tiver coragem de colocar o Banco Central sob controle, fizer fusões empresariais no setor público”, reduzir o superávit primário e desvalorizar o câmbio. Com otimismo, conclui, pode haver “explosão de crescimento”.

O economista estará na Unisinos, no dia 23/8/2010, às 20h, participando do **Ciclo de Palestras socioambientais e econômicas do Brasil 2010-2015. Limites e Possibilidades**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Na ocasião, abordará os desafios do desenvolvimento brasileiro. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/13mMg>.

Carlos Lessa é formado em Ciências Econômicas pela antiga Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e doutor em Ciências Humanas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas - Unicamp. Em 2002, foi reitor da UFRJ e, de janeiro a novembro de 2003, assumiu a presidência do BNDES. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor verifica um processo de industrialização ou desindustrialização no cenário nacional?

Carlos Lessa - O Brasil passou por um período intenso de desindustrialização, onde perdeu posição relativa no ranking mundial. Em 1980, o país era a oitava economia industrial do mundo e, hoje, deve ser a décima terceira. Houve uma desmontagem de cadeias produtivas, setores industriais inteiros foram desarticulados. O Brasil tinha três fábricas locomotivas; não tem mais nenhuma. Atualmente, está em início uma modesta recuperação.

IHU On-Line - O senhor disse que a

manutenção da atividade industrial se baseia num avassalador endividamento familiar. Pode nos explicar essa ideia? O que essa política sinaliza para o futuro?

Carlos Lessa - O endividamento familiar é uma das maneiras de dar início à recuperação da economia. A questão é que o Brasil só faz o endividamento familiar. A frota automobilística brasileira, por exemplo, dobrou nos últimos dez anos; cresceu 9% ao ano em cima de uma explosão da dívida dos compradores de veículos. Hoje, cerca de 53% das famílias brasileiras estão endividadas. Utilizar a dívida das famílias para ampliar o mercado no presente é nor-

mal e, com essa medida, se mantém a atividade industrial. Se a indústria retoma o crescimento produtivo, o endividamento é virtuoso, ou seja, ele faz com que haja crescimento da capacidade produtiva, logo, do emprego e da renda. Com essa ambiência, ter-se-á mais emprego e renda melhor, a dívida pesa menos e o sistema se expande. Se, pelo contrário, houver endividamento familiar e não houver elevação da taxa de investimento, quer dizer, se as empresas não investirem, esse endividamento irá gerar uma bolha perniciosa que poderá produzir crises econômicas terríveis.

No Brasil, as famílias estão se en-

dividando de todos os meios, modos e formas. Foram criados todos os mecanismos para isso: desconto em folha, crédito consignado, além de terem mudado a legislação, que agora permite a retomada de bens não pagos. Só que a taxa de investimento da economia brasileira continua medíocre, em torno de 18% ano. Para se ter ideia de quão pouco isso é, basta ver que a taxa da China é de 40% e da Índia, de 30%. A taxa de investimento brasileira de 1960 até 1980 foi de 25% ao ano.

Por que a taxa de investimento está tão baixa apesar de as empresas estarem sendo beneficiadas por esse endividamento das famílias? Primeiro porque o Banco Central faz absoluta questão de pagar o juro mais alto do mundo e, ao mesmo tempo, valorizar o Real de forma espantosa. Essas medidas estimulam as empresas a serem mais importadoras, e não produtoras, o que deviam ser. Elas não irão investir quando se tem pela frente uma ameaça de importações baratas. O Banco Central trabalha contra o crescimento industrial brasileiro: toda vez que a indústria nacional começa a crescer, ele tenta pôr freios e isso faz com que o investimento privado seja pequeno. Já o investimento público - que é chave no processo de crescimento e desenvolvimento econômico - deveria ser de 5% ao ano, e é de 2,5%.

Minha preocupação é a de que está se criando uma bolha de consumo e endividamento colossal, que, quando estourar, vai gerar uma estagnação econômica prolongada.

IHU On-Line - Qual é a contribuição do BNDES no processo de industrialização do país?

Carlos Lessa - Em tese, o BNDES e a Caixa Econômica Federal são os únicos instrumentos do governo que funcionam na contramão do Banco Central. Eles tentam oferecer juros baixos e condições de crédito a longo prazo. O BNDES faz uma força enorme para preservar as empresas brasileiras, mas não basta apenas o banco fazer isso. É preciso que os empresários privados queiram se endividar a longo prazo. Mas eles não querem isto, pois preferem fazer aplicações financeiras, tendo enormes grupos no Brasil e investindo no exterior. Um exemplo é a

“O BNDES e a Caixa Econômica Federal são os únicos instrumentos do governo que funcionam na contramão do Banco Central”

Vale do Rio Doce, que está crescendo e comprou minas e companhias no Canadá; a Petrobras comprou uma refinaria no Japão.

Historicamente, o BNDES só poderia financiar empresas com capital 100% nacional. Na Constituição de 1988 havia um conceito de empresa nacional, mas Fernando Henrique Cardoso promoveu uma emenda constitucional que acabou com esse paradigma e, por isso, o BNDES é obrigado a emprestar dinheiro a empresas residentes no Brasil, que têm mais facilidade de se endividarem no exterior, mas preferem pegar o dinheiro barato do BNDES e aplicar em juros no mercado financeiro interno. Isso prejudica a política do BNDES a favor da industrialização nacional. De qualquer modo, o banco é favorável à industrialização, da mesma maneira que a política da Caixa Econômica é a única forma correta de endividamento familiar.

IHU On-Line - O Brasil investe em gigantes nacionais nos setores de energia, alimentos, construção. Qual é a estratégia política do governo a partir desses investimentos?

Carlos Lessa - O discurso do BNDES é: “Vem a mim, meu coração”. O Banco hoje, de certa maneira, é aberto a ajudar todo e qualquer projeto razoável que se apresente. Não existe, propriamente, uma fixação de frente de desenvolvimento industrial. A única frente de desenvolvimento industrial que foi criada pelo governo Lula, e que se mantém firme, é a da economia do petróleo. Ou seja, todas as indústrias associadas a abastecer a economia do petróleo e todas as atividades de processamento de petróleo para fazer outros produtos terão altíssima prioridade

e mercado firme por que essa economia irá crescer. Aliás, Lula fez um ensaio bonito com a indústria de construção naval, que estava praticamente morta, e foi no governo dele que ela renasceu a partir de encomendas da Petrobras. Infelizmente, não reapareceram a navegação fluvial, a navegação de sabotagem. Porém, a construção naval para a Petrobras é um sucesso.

IHU On-Line - Como percebe a compra da Telefônica na participação da Portugal Telecom (PT) na Vivo? O que significa isso no momento atual?

Carlos Lessa - Não tenho opinião formada sobre esse assunto. A privatização do setor de comunicação do Brasil foi estúpida. Veja a diferença em relação a outros países: o México privatizou uma única empresa, a qual está entre os maiores grupos mundiais. O Brasil esquartejou seu setor de telecomunicações em quatro sub-redes regionais e quem ganha com isso é a mídia, em função da propaganda.

IHU On-Line - Três anos após o início da crise, os mercados reinam novamente. O que aconteceu?

Carlos Lessa - Crises são frequentes na história e promovem transformações importantes no capitalismo. A crise que começou em 2008 ainda não acabou: a Europa está devastada; o Japão está em péssima situação; os EUA continuam em crise e o FED¹ disse que vai parar de ajudar as instituições, quer dizer, se ajudar mais irá desvalorizar os Títulos do Tesouro norte-americano. A crise de 1929 arrebitou a economia mundial e terminou quando iniciou a Segunda Guerra Mundial, ou seja, foi ela quem tirou os países da crise.

A crise de 2008 mostra com clareza que a economia de mercado funciona mal. O problema é que, na hora em que há melhoria, a mídia conservadora e o sistema financeiro internacional procuram fazer de conta que está tudo bem, o que não é verdade. A Alemanha, que é o sustentáculo da Europa, aplicou um problema de contenção brutal que desativou parte do exército alemão; Portugal também está em crise; a Grécia quebrou.

¹⁰ Federal Reserve: equivalente ao Banco Central brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

Além do mais, há uma série de mortes anunciadas começando pela economia da Espanha, da Hungria, da Irlanda e, estão dizendo, que as economias italiana e inglesa estão debilitadas. Nessas crises, o capitalismo renova formas de crescer.

IHU On-Line - A economia brasileira tem condições de manter, a médio e longo prazo, o ritmo de crescimento atual?

Carlos Lessa - Não, infelizmente não. De 1930 a 1980, o Brasil cresceu 7% ao ano. Nesse período, apenas o Japão cresceu mais do que o país. Da década de 80 até o final do primeiro mandato do governo Lula, o crescimento brasileiro ficou em torno de 2,6% ao ano, ou seja, o país estagnou. Isso produz o crescimento de *voo de galinha*; não levanta voo. Essa situação pode se converter em um voo bonito se o governo ampliar o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC e elevar o câmbio. O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, diz que se o Brasil tivesse uma taxa de câmbio na ordem de 2,80, a indústria brasileira teria condições de competir com a chinesa. Além disso, o país precisa controlar o mercado cambial: todas as entradas de capitais deveriam ser de, pelo menos, um ano e um dia.

IHU On-Line - O Brasil tem um projeto nacional?

Carlos Lessa - Não há projeto nacional. O discurso neoliberal diz que seria necessário integrar para competir e que o Brasil iria crescer abrindo seu mundo. Esse foi o modelo adotado por Fernando Collor de Mello e implementado por Fernando Henrique Cardoso. Lula, por sua vez, não teve coragem política de mudar esse plano. Penso que hoje existe a possibilidade de um projeto nacional a partir da economia do petróleo.

IHU On-Line - Que perspectivas o senhor vislumbra para o Brasil no período de 2010-2015?

Carlos Lessa - Se o Banco Central continuar se comportando da maneira atual, o Brasil vai mergulhar em uma crise.

O salário mínimo está crescendo e isso é bom - talvez essa tenha sido

a melhor política feita por Fernando Henrique Cardoso e continuada por Lula -, mas o salário real médio está caindo. Não estão se criando empregos de qualidade, as famílias estão se endividando e a inadimplência pode aumentar. A bolha norte-americana se deu em função do endividamento de famílias que compraram imóveis; o Japão também entrou em crise pelo mesmo motivo.

Se o novo governo tiver coragem de colocar o Banco Central sob controle, fizer fusões empresariais no setor público, irá perceber que é importante fundir a Eletrobrás com a Petrobras e criar uma gigantesca empresa de energia; fundir ou associar o BNDES à Caixa Econômica porque aí o BNDES passa a ter a rede da Caixa, que é a melhor rede do Brasil, com quatro mil agências; se assumir o controle da estatal Vale do Rio Doce, que está sendo comandada pelo Bradesco - isso é um absurdo -; e, se, o país fizer um esforço de elevar o investimento público, reduzir o superávit primário e desvalorizar o câmbio, terá uma explosão de crescimento.

IHU On-Line - Quem o senhor vai apoiar nas eleições? Percebe alguma mudança no plano político do PSDB?

Carlos Lessa - Fui professor de José Serra e quando ele foi para o exílio, frequentava a minha casa. Dilma Rousseff foi minha aluna na Unicamp e, depois, convivi com ela durante um ano e meio enquanto fui presidente do BNDES. Marina Silva conheço pouco.

Nunca votaria na Marina porque acho a hipótese da ecologia verde absurdamente estúpida; da maneira que é formulada, ela representa a paralização do Brasil e vai deixar a Amazônia para os apetites internacionais do futuro. Sou nacionalista. Escolhi apoiar José Serra por que morro de medo do Plano Ômega², que está sendo ar-

² **Projeto Ômega**: projeto cuja ideia central é transformar São Paulo em um centro financeiro internacional. Sobre o tema, confira o seguinte material, disponível nas *Notícias do Dia* do site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU: *Projeto Ômega e a desindustrialização*. Entrevista especial com José Luis Oreiro, publicada em 12-07-2010, e disponível em <http://migre.me/13mR8>; *A volta do Projeto Ômega*. Entrevista especial com Guilherme Delgado, publicada em 07-07-2010 e disponível em <http://migre.me/13mSK>; *Projeto Ômega: triunfo fi-*

ticulado pelo setor privado por meio de Armínio Fraga³. Além disso, morro de medo do Henrique Meirelles⁴, que entrou no PMDB e é procurador de um plano de desenvolvimento para a Dilma. Meirelles já foi à Nova York para dizer que tudo continua “como dantes no quartel d’Abrantes”. Por isso, penso que Dilma não irá mexer na política econômica nem modificar o comando do Banco Central.

José Serra já disse que irá subordinar o Banco Central à Presidência da República. Ele falou pelo coração e pela razão.

O PSDB para mim é uma incógnita. PMDB e PSDB foram partidos da privatização. A trajetória do PSDB como partido não é nada boa para o Brasil e acho que está atrapalhando a campanha de José Serra. Mas, se Minas Gerais acompanhar Serra, há uma probabilidade de ele ser o presidente do Brasil.

LEIA MAIS...

>> Carlos Lessa já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Confira na página eletrônica (<www.ihu.unisinos.br/ihu>).

- *Estado atrofiado e capital globalizado*. Entrevista publicada na edição 322, de 22-3-2010, intitulada *A reestruturação do capitalismo brasileiro*. Acesse no link <<http://migre.me/12swW>>;
- “O mercado realiza a globalização dos infernos”. Entrevista publicada nas *Notícias do Dia*, em 31-5-2009 e disponível no link <<http://migre.me/oXuG>>.

nanceiro?, publicada em 29-06-2010 e disponível em <http://migre.me/13mTn>. (Nota da IHU On-Line)

³ **Armínio Fraga Neto** (1957): economista brasileiro. Foi presidente do Banco Central do Brasil de 1º de março de 1999 a 17 de janeiro de 2003 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, Fraga é o principal acionista de um grupo de investimentos chamado Gávea Investimentos, além de ser membro do conselho de administração do Unibanco. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Henrique de Campos Meirelles** (1945): engenheiro de produção civil brasileiro, atual presidente do Banco Central do Brasil desde janeiro de 2003, ocasião da posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Na lista de presidentes do Banco Central do Brasil, é quem por mais tempo ocupou a presidência da instituição. (Nota da IHU On-Line)

Indústria perde peso, mas não há desindustrialização

Nos últimos 30 anos, a agricultura cresceu mais do que a indústria. Entretanto, o setor industrial continua sendo o mais dinâmico por excelência, assinala o economista Regis Bonelli

POR PATRÍCIA FACHIN

A economia brasileira não está se desindustrializando. O que ocorre, segundo o economista Regis Bonelli, é a “reprimarização da pauta de exportações, ou seja, as exportações estão cada vez mais concentradas em produtos básicos, agropecuários e commodities industriais, em geral, mercadorias de baixa tecnologia”. Para ele, esse processo é natural, uma vez que, quem está crescendo no mercado internacional são a China e os países asiáticos, principais compradores de commodities do mundo. “É difícil saber até quando irá ocorrer a reprimarização da pauta, mas isso não é um fenômeno inevitável”, aponta.

Na entrevista que segue, concedida, por telefone, à **IHU On-Line**, o economista faz uma retrospectiva das crises econômicas internacionais que afetaram a economia brasileira desde o início da década de 90 até os anos 2000. Segundo ele, “todo o período de instabilidade macroeconômico tem como consequência uma perda de peso da indústria por que ela é o setor com elasticidade de renda mais alta em comparação com os demais setores da economia”. Otimista, Bonelli enfatiza que, “o fato de a indústria ter perdido densidade não deve nos assustar”.

Regis Bonelli é doutor em Economia pela Universidade da Califórnia, EUA, e bacharel em Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Foi diretor de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, diretor executivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e diretor geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Desde 2008, é pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia - IBRE, da Fundação Getúlio Vargas - FGV, onde desenvolve trabalhos nas áreas de crescimento e desenvolvimento econômico. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como vem se processando a industrialização brasileira nas duas últimas décadas? Há risco de a economia brasileira ser atingida pela doença holandesa?

Regis Bonelli - A industrialização do país é um processo que está ocorrendo com intensidades variadas desde o fim do século XIX. Depois da primeira crise do petróleo, o governo militar “embarcou” num programa ambicioso de substituição de importações, o qual fez com que a indústria brasileira tivesse um peso no PIB muito superior ao que era justificado pelas condições tecnológicas do país e pela renda per capita. Isso era uma distorção porque a indústria montada ao longo desses anos - que atingiu o auge na década de 70 - era ineficiente, excessivamente

protegida e, por causa disso, incapaz de incorporar tecnologia na medida adequada para uma nação ainda pobre tecnologicamente como nós éramos e, ainda, somos.

Esse cenário mudou a partir do final da década de 80, com a ideia de que para incorporar mais tecnologia, melhorar as inovações e ter crescimento industrial era necessário abrir a economia. Isso foi feito antes do governo Collor, em 1988, por meio de uma série de simplificações no sistema de tarifas de alfândegas do Brasil e de proteções não tarifárias. Essas medidas se ampliaram durante o período Collor, quando, infelizmente, a abertura econômica foi aprofundada num momento de recessão da economia. O ano de 1990 foi um desastre; a econo-

mia parou e a indústria também teve uma parada súbita, de uma maneira nunca antes vista na história desse país. Essa parada industrial não ocorreu devido à abertura comercial, mas coincidiu porque foi a tentativa de implantar um programa de estabilização para controlar a inflação.

Com isso, a indústria, especialmente no triênio 90, 92, que foi muito recessivo, perdeu peso na economia, colocando-se mais próxima de um padrão internacional. Depois, apesar da estabilização sobre o processo inflacionário, em 95, ocorreram uma série de crises econômicas, começando com a moratória do México no final de 94, que atingiu o Brasil em 95; seguindo com a crise asiática, em 97; a crise da Rússia, em 98; e da Argentina, em 2000.

Todas elas tiveram efeito de provocar uma interrupção súbita nos fluxos de recursos para o Brasil. O governo era obrigado a reagir elevando a taxa de juros para defender o Real e evitar que a depreciação cambial se transmitisse integralmente para os preços, o que colocaria em risco o esforço de estabilização da época. Mas o efeito final dessas medidas e dessas crises foi um crescimento industrial menor do que o PIB. Quando acontece isso, a indústria perde participação e algumas pessoas podem achar que há um processo de desindustrialização. É normal que a indústria perca peso à medida que é um setor que produz bens que são mais elásticos em relação à renda. Ou seja, quando há variações negativas de renda, como aconteceu inúmeras vezes nesse período, a produção industrial cai mais do que proporcionalmente. Da mesma forma, quando há recuperação, a produção industrial cresce mais do que o esperado.

Consequências

A instabilidade macroeconômica que o Brasil atravessou por conta de crises externas, pelo fato de estarmos montando o nosso projeto de estabilização entre os anos de 94 e 2002, culminou com o período eleitoral, quando a taxa de câmbio foi às alturas por que os investidores estrangeiros não acreditavam que o governo, que aparentemente seria eleito e, de fato, foi, fosse honrar com os compromissos externos. O Banco Central foi obrigado a elevar os juros para evitar uma debandada de recursos e que a inflação se transmitisse ao país, como de fato se transmitiu, parcialmente, em 2002. Então, todo o período de instabilidade macroeconômica tem como consequência uma perda de peso da indústria por que ela é o setor com elasticidade de renda mais alta em comparação com os demais setores da economia.

IHU On-Line - Essa perda de participação da indústria no PIB não caracteriza, na sua avaliação, um processo de desindustrialização? Isso está relacionado à sua teoria de que há uma tendência mundial de perda de importância da indústria no PIB dos

“Depois de 2008, a participação da indústria no PIB mergulha em dois trimestres muito rapidamente. Mas, depois disso, cresce fortemente e hoje está crescendo muito”

países?

Regis Bonelli - Justamente essa é minha interpretação. Acho que o cenário descrito na resposta anterior não sinaliza uma desindustrialização. Assim também como não sinaliza uma desindustrialização na crise de 2008. Se observarmos os dados do PIB trimestral, veremos que, depois de 2008, a participação da indústria no PIB mergulha em dois trimestres muito rapidamente. Mas, em seguida, cresce fortemente e hoje está crescendo muito. No geral, na minha conclusão, o Brasil se aproximou do padrão internacional característico de países que têm a mesma renda per capita que a nossa, e passou por uma descontinuidade no triênio 90, 92.

Reprimarização

Quando falamos em desindustrialização, estamos pensando em um processo que, devido a fatores exógenos, provoca uma perda substancial de densidade da indústria. Isso não está acontecendo no Brasil, o que não quer dizer que não possa ocorrer no futuro, se a evolução do câmbio e de outras variáveis macroeconômicas não mudarem. O que está ocorrendo é uma reprimarização da pauta de exportações, ou seja, as exportações estão cada vez mais concentradas em produtos básicos, agropecuários e commodities industriais - em geral, mercadorias de baixa tecnologia. Não poderia deixar de ser diferente por que quem está crescendo no mundo é a China e alguns países asiáticos, que puxam os

preços das commodities. As exportações de produtos manufaturados, por outro lado, não estão bem devido ao fato de que a América Latina, a Europa e os EUA - compradores de produtos manufaturados - estão com uma condição econômica desfavorável. Além do mais, o leste da Ásia, principalmente China e Índia, são compradores de produtos commodities. É difícil saber até quando irá ocorrer a reprimarização da pauta, mas isso não é um fenômeno inevitável e não está diretamente relacionado à taxa de câmbio. Além do mais, a taxa cambial é uma variável endógena na economia; não se manipula o câmbio diretamente. O correto é criar condições para que ele se desvalorize, se for necessário.

Ao lado da reprimarização da pauta, não está ocorrendo uma reprimarização da produção industrial. Em 2008, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulgou os dados mais completos sobre a indústria desde o ano de 96 até 2008. Esse documento permite confirmar o que estou dizendo: o investimento industrial em diversos setores continua muito forte, o que não quer dizer que alguns setores estejam perdendo dinamismo. Mas isso sempre aconteceu por que nem toda a indústria se move com a mesma intensidade e na mesma direção. Isso não quer dizer que esteja havendo uma reprimarização da pauta de produção. Acredito que tudo isso é temporário. Esses processos vão se corrigindo com o passar do tempo. Em 2009, o Brasil atravessou o auge desse processo de reprimarização da pauta, mas a indústria está indo muito bem e fechará o ano com crescimento maior de 10%. É difícil falar em desindustrialização num quadro desses.

É claro que eu, se fosse industrial, estaria reclamando. Os industriais estão reclamando e têm todo direito de fazer o seu lobby, principalmente aqueles que estão afetados pela entrada dos produtos importados. Por outro lado, a indústria se beneficia da importação de matéria prima, componentes e bens de capital. Só que os empresários, quando se queixam, não reconhecem esse outro lado. Se eu fosse industrial estaria aproveitando ao máximo da possibilidade de com-

“A indústria está indo muito bem e fechará o ano com crescimento maior de 10%. É difícil falar em desindustrialização num quadro desses”

prar máquinas e equipamentos de alta tecnologia no exterior por que o câmbio está favorável às compras de bens de capital.

IHU On-Line - Quais são as potencialidades da indústria brasileira hoje e sua influência no crescimento econômico do país? E, nesse sentido, qual sua competitividade em relação à agricultura?

Regis Bonelli - A potencialidade da indústria é enorme porque não vivemos apenas de exportações. O mercado interno é vasto e cresce rapidamente tanto por consumo quanto por investimento. Nesse sentido, ela está ganhando musculatura. O fato de a indústria ter aumentado, mas não tanto, significa que a sua capacidade também está se expandindo.

É curioso que, se observarmos uma série histórica depois dos últimos 30 anos, vamos perceber que a agricultura cresceu mais do que a indústria. O crescimento da agropecuária, especialmente, foi maior. O Brasil virou o celeiro do mundo e isso não é nenhuma vergonha. Vários países foram e são celeiros do mundo e se deram muito bem. Então, o fato de a agricultura ter crescido mais que a indústria não quer dizer que o setor industrial não seja o setor dinâmico por excelência.

Mesmo não acreditando que o país passa por um processo de desindustrialização, reconheço que há uma perda de peso da indústria, especialmente em valor e não em emprego. Se consultarmos os dados da PNAD desde o ano de 92 até 2008, veremos que o emprego industrial em relação ao emprego total é praticamente constante. Então, o fato de a indústria ter perdido densidade não deve nos assustar. Sou um otimista.

IHU On-Line - Como compreender a estratégia político econômica do go-

verno, tendo em vista os incentivos do BNDES a grandes grupos nacionais?

Regis Bonelli - Não tenho estudado a questão do BNDES. Penso que a criação de gigantes nacionais tem uma lógica, mas o que deveria ficar mais claro, no meu ponto de vista, é o custo disso para o país. O BNDES está aí para promover o desenvolvimento. Particularmente, preferiria que a política do banco fosse mais horizontal e menos concentrada em setores como o de carne ou na escolha de “vencedores”, no sentido de quem irá vencer o jogo econômico. Preferiria que os esforços se concentrassem na incorporação de tecnologia, inovações e que se disseminassem por todo o tecido econômico. O caso da concentração empresas/setores deve ser, do ponto de vista de um governo republicano e democrático, explicado à sociedade, mostrando custos e benefícios.

IHU On-Line - A economia brasileira vem crescendo e, segundo estimativas, pode atingir um crescimento de 7,6% neste ano. Essas taxas se sustentarão a longo prazo?

Regis Bonelli - Não. A taxa altíssima de crescimento brasileiro que, pode chegar a 7,6% neste ano, se deve ao fato de que no ano passado o crescimento praticamente se manteve estagnado. O crescimento do PIB em 2009 foi menor a 0,2%. Então, se criou uma enorme capacidade ociosa e, sempre que isso ocorre, o crescimento no período seguinte pode ser muito forte. Não acredito na menor chance de pensar em um crescimento a médio prazo. A menos que, também neste período, se consiga aumentar a poupança nacional e o investimento. De qualquer modo, enquanto estivermos neste patamar de 18, 20% do PIB da taxa de investimento, não há possibilidade de crescer.



Orações Ilustradas.

Acesse em www.ihu.unisinos.br

Apesar da desindustrialização, economia brasileira cresce

Na avaliação do economista Júlio Gomes de Almeida, a economia brasileira continuará crescendo de forma sustentável motivada pelo dinamismo do mercado interno. Mas falta, no processo de desenvolvimento, exportar mais e internacionalizar empresas

POR PATRÍCIA FACHIN

“O desenvolvimento não existia como perspectiva real do Brasil há muito tempo. Todo mundo via potencialidade como o país do futuro, mas não via capacidade de transformar isso em processo concreto. Hoje, isso existe.” A avaliação é de Júlio Gomes de Almeida, diretor executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI. Em entrevista concedida, por telefone, à IHU On-Line, ele diz que, no país, “a base do processo de desenvolvimento está se formando”.

Apesar de apostar no crescimento contínuo da economia brasileira nos próximos anos, o professor da Universidade de Campinas - Unicamp reforça a tese da desindustrialização e diz que a indústria perdeu peso nas três últimas décadas. “Isso não é exatamente um fato ruim”, menciona, mas trouxe consequências para o Brasil e “fez com que a economia crescesse menos do que poderia”.

Para Almeida, o potencial de industrialização da economia nacional está diretamente atrelado à exportação de commodities. “Temos de olhar a exportação de commodities brasileira como um bem. Isso permite que o Brasil garanta exportação, saldo comercial, uma situação cambial mais tranquila e, portanto, tenha condições de financiar o processo de industrialização”.

Júlio Gomes de Almeida é doutor em Economia pela Unicamp. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Segundo análise do IEDI, a desindustrialização no Brasil avançou nas últimas três décadas. Que fatores indicam tal processo?

Júlio Gomes de Almeida - O grande fator que indica a desindustrialização é a queda da participação da indústria na economia, a qual caiu muito nestas três últimas décadas, ou seja, a economia cada vez menos utilizou o “motor” da indústria para o seu crescimento. Isso não é exatamente um fato ruim. A pergunta relevante é: O Brasil ainda precisava de industrialização nesse período? Nós achamos que sim, quer dizer, ter deixado de ter a indústria como um “motor” de seu crescimento, fez com que a economia brasileira crescesse menos do que poderia. Isso significa menos empregos, menos qualidade de vida da população. Entretanto, não houve uma desindustrialização no sentido absoluto, ou seja, perda de setores inteiros da indústria, ou

mesmo retrocessos no setor industrial como um todo.

IHU On-Line - Qual é, hoje, a influência da indústria no crescimento econômico do país?

Júlio Gomes de Almeida - Hoje, o “peso” da indústria na economia é de 20% - me refiro à indústria de transformação -, mas já foi cerca de 30%, nos anos 70. Esses números demonstram que a participação da indústria encolheu. Observei que, em si, esse processo não é mal, depende do estágio em que a economia se encontra. Em países desenvolvidos é normal que a indústria retroceda como participação no PIB e que o setor de serviços ganhe uma dimensão maior. Mas isso ocorre quando o nível de renda está muito alto. Nesse contexto, a população diversifica seus gastos, compra mais serviços e a indústria deixa de ser um “motor” tão forte de impulso para a

economia. Não é esse o caso do Brasil, que nos últimos 30 anos, sempre teve - e ainda tem - uma renda per capita relativamente pequena.

IHU On-Line - A criação de gigantes nacionais é uma política econômica do BNDES ou uma tendência mundial?

Júlio Gomes de Almeida - Reforço a ideia de que a crise, no país e no exterior, criou muitas oportunidades, permitindo que as empresas brasileiras tivessem um porte maior. Vejamos os exemplos na área de alimentos, celulose, carne e vários outros setores. As operações de fusão e união de empresas no Brasil estão crescendo extraordinariamente. O BNDES ganha dinheiro em operações de participação em outras empresas como na Petrobras, na Vale do Rio Doce por que foram feitas apostas no passado. Hoje, o banco está apostando em grandes empresas

de vários setores, em processos de aquisição e fusão, também, eventualmente, para gerar, lá na frente, um grande crescimento na sua lucratividade. O BNDES é um banco de desenvolvimento e, que, enquanto tal, não tem, nas suas operações corriqueiras, uma grande rentabilidade, mas pode aumentá-la se tiver operações bem feitas, evidentemente, nessa área. De qualquer modo, é importante dar uma orientação de política industrial e também apoiar processos desse tipo, mesmo que nasçam do próprio mercado e tenham capacidade de gerar retorno lá na frente.

IHU On-Line - A criação de multinacionais, transnacionais indica que postura em relação à industrialização do país?

Júlio Gomes de Almeida - O Brasil precisa ter grandes empresas. Não diria que isso está sendo gerado, hoje, em função do BNDES e, sim, por questões de mercado; é um processo que nasceu no setor privado. No entanto, o BNDES não se furtou, analisando as operações e achando que elas tinham retorno, a financiar processos de fusão entre instituições. Não vamos esquecer que o Brasil não tem um mercado de capitais e crédito de longo prazo desenvolvidos. O BNDES tem cumprido o papel que o mercado de capitais ainda não cumpre e que o banco não cumpria antes. Então, caso tenha uma operação que permita o engrandecimento das empresas brasileiras no país ou no exterior, ele financia. Se aparece mais operações ou oportunidades no setor x ou y, é uma questão de mercado.

As empresas nacionais engrandeceram e aumentaram seu porte. A criação de empresas maiores se deu por que uma delas quebrou, como é o caso da Sadia X Perdigão, o caso do Grupo Votorantim etc. Por outro lado, foram criadas diversas oportunidades para que empresas brasileiras aumentassem seu porte, inclusive, comprando instituições internacionais. Independente do setor, vejo tudo isso de forma positiva.

No entanto, é preciso trabalhar os dois pólos: grandes empresas de um

“Não são as commodities que fazem mal ao Brasil e, sim, nossa incapacidade de transformar isso em instrumento para a industrialização”

lado e, de outro, empresas de menor porte, dinâmicas em cadeias de produção, que unifiquem e deem margem à atuação dos dois blocos.

IHU On-Line - O que a atual política econômica demonstra sobre a estratégia do governo para a economia nacional?

Júlio Gomes de Almeida - Acho que não deve ser uma política do governo. Processos de fusão e incorporação, inclusive de empresas do exterior, são positivos por dar porte à empresa brasileira, que é muito pequena no contexto internacional. Isso é bom porque as companhias passam a ter um faturamento maior, podem destinar uma parcela disso a operações de risco, como, por exemplo, investimentos na área de inovação, onde somos carentes. Ou seja, é uma perspectiva favorável, embora não deva ser uma política absoluta.

A política industrial brasileira deve apoiar mais as iniciativas de empresas de menor porte, as iniciativas regionais, os sistemas produtivos locais, além de incentivar inovação e exportação de manufaturados. Se vierem empresas vencedoras, que venham; isso é ótimo para o país.

Quando comento esse assunto, lembro da cadeia da área de produção de aviões no Brasil. Muitas vezes as pessoas se equivocam, acham que a empresa líder desse setor é maravilhosa, espantosamente produtiva e inovadora. De fato é, mas ao lado dela tem de ter uma cadeia de produção eficiente, a qual conta com empresas de médio e pequeno porte. Isso significa que ao ter uma grande empresa “na cabeça”,

é possível formar uma cadeia de produção, onde tenham lugar empresas de menor porte.

IHU On-Line - O senhor afirma ainda que não há oposição entre economia industrial e economia de commodities. Como conciliar o investimento nos dois pólos?

Júlio Gomes de Almeida - Temos de olhar a exportação de commodities brasileira como um bem. Isso permite que o Brasil garanta exportação, saldo comercial, uma situação cambial mais tranquila e, portanto, tenha condições de financiar o processo de industrialização. Alguns economistas acham que, em função da exportação de commodities, o Real se valoriza muito e, com isso, a indústria perde competitividade. Que o Real está tendo uma tendência de valorização muito forte, isso é um fato; mas que tenha relação tão direta com a exportação de commodities, tenho dúvidas. Esse é um processo que nasce de outros fatores. À medida que o Brasil se notabiliza por ter uma condição maior de enfrentar adversidades como ocorreu durante a crise, o Real tende a se valorizar.

É possível assegurar o crescimento da indústria e exportar commodities. O Brasil perde uma oportunidade tendo uma grande capacidade de exportação na área de produtos primários, de fazer desse limão, digamos assim, uma limonada. Não são as commodities que fazem mal ao Brasil e, sim, nossa incapacidade de transformar isso em instrumento para a industrialização.

IHU On-Line - Quais os pontos positivos e negativos da internacionalização das empresas brasileiras?

Júlio Gomes de Almeida - Vejo as empresas brasileiras atuando no mercado internacional como uma grande contribuição ao nosso desenvolvimento. Quando elas migram para o exterior, precisam adotar padrões internacionais de qualidade, de preço, de respeito às leis de emprego. Essas medidas acabam também transbordando no Brasil.

O lado negro desse processo se dá por que, junto às empresas, migram para o exterior a nossa capacitação

tecnológica. De qualquer modo, não vejo por que isso vá gerar redução da nossa capacidade interna. O processo inverso, ou seja, da vinda de grupos internacionais para o Brasil, pode aumentar com um processo maior de desenvolvimento. Mas isso já ocorre há tempo e, nós, sempre soubemos fazer com que isso ocorra sem a queda da nossa soberania. Algumas empresas vieram para o Brasil há tantos anos que estão muito ligadas à nossa tradição, então, chamá-las de empresas internacionais é um modo de dizer.

IHU On-Line - O Brasil privatizou parte de seus serviços públicos nos últimos anos. O apoio a empresas nacionais pode ser visto como uma maneira de corrigir essas iniciativas e “correr atrás do tempo perdido”?

Júlio Gomes de Almeida - Acho que sim. Muitos países usaram seus processos de privatização para criarem grandes grupos nacionais em vários setores. O Brasil não fez isso; poderia ter feito. Fazendo uma crítica ao nosso processo, diria que ele poderia ter tido uma orientação menos arrecadatória. Havia uma necessidade de fazer caixa com esses processos - era uma necessidade de fato -, mas eles poderiam ter tido uma característica de formar grupos brasileiros fortes e, até, com capacidade, a partir de um processo de privatização no país e no exterior. Espanha fez isso e a partir das privatizações criou grupos que hoje estão no Brasil, disputando segmentos importantes da economia brasileira. O Brasil poderia ter feito o mesmo. Bobeou.

IHU On-Line - O Brasil tem um projeto nacional de desenvolvimento? Em que consiste?

Júlio Gomes de Almeida - O desenvolvimento não existia como perspectiva real do Brasil há muito tempo. Todo mundo via potencialidade como o país do futuro, mas não via capacidade de transformar isso em processo concreto. Hoje, isso existe. Setores de habitação e infraestrutura estão crescendo, o mercado interno, que é a base do processo de desenvolvimento, está se formando. O país também investe em projetos especiais relevantes

“Penso ser possível um arranjo macroeconômico sem alterações fortes, mas com mudança de orientação e de maior articulação entre as esferas do poder econômico governamental para evitar uma valorização tão forte do Real, que prejudica tanto a economia do país”

como a Copa, as Olimpíadas, o pré-sal, ou seja, o Brasil tem frentes concretas de expansão que não tinha no passado. É possível, sim, voltar à ideia de um projeto nacional em torno do desenvolvimento, isto é, permitir que, de alguma forma, todas as regiões possam se beneficiar desse desenvolvimento. Não podemos cair, novamente, naquela concepção errada de que é possível desenvolver só um lado do país. Assim como não podemos voltar àquela visão de que é possível crescer só uma parcela da renda de uma determinada fração da população. Tem de se criar condições para que haja um crescimento igualitário. Mas esse é um jogo que se faz facilmente quando se tem a economia como um todo se desenvolvendo.

IHU On-Line - A economia brasileira continuará crescendo de forma sustentável?

Júlio Gomes de Almeida - Totalmente sustentável, motivada pelo mercado interno, que tem um dinamismo. A expansão da renda das pessoas é o carro chefe desse processo. Além disso, o crédito vem se desenvolvendo e o investimento dos empresários para acompanhar esse

crescimento do mercado interno dá uma conotação de um processo sustentável. O que é um processo sustentável? É, quando sua própria dinâmica cria condições de crescimento para o momento seguinte. No entanto, vejo problema na área externa; não temos um desempenho bom nesse setor. Nossos débitos externos têm crescido. Isso não representa um problema de curto prazo, mas em dois, três anos poderá ser. Isso significa dizer que temos de pensar que o Brasil está ligado no mundo e temos de ter uma economia que, do lado da sua presença na economia mundial, tenha capacidade de se posicionar. O Brasil não está fazendo isso. O país precisa exportar mais, internacionalizar suas empresas. Em suma, o que falta ao Brasil, no seu processo de desenvolvimento, é ter uma presença de exportação e internacionalização maior e, com isso, evitar o déficit externo que está se avolumando. A partir disso, o Brasil passa a ter uma capacidade de crescimento endógeno e interno sustentado, maior do que tem hoje.

IHU On-Line - O resultado das eleições pode significar alguma mudança nos rumos da política econômica brasileira?

Júlio Gomes de Almeida - Os dois candidatos que estão encabeçando as eleições terão preocupação em fazer algumas coisas relevantes. Eles têm perfis diferentes, mas não irão escapar de algumas questões. Penso que nenhum deles irá mudar a grande conquista dos últimos anos, que foi a redução da desigualdade e da miséria no país, além da formação de uma classe média a partir da emergência de um grande número de pessoas de uma classe que praticamente não consumia para uma classe consumidora. Isso significa um grande crescimento para o mercado interno, ou seja, preservar as conquistas na área da miséria, da desigualdade e do crescimento do mercado interno consumidor será a tônica, com mais ou menos ênfase, evidentemente, dependendo do candidato que se eleger. Em outras áreas, diria que o crescimento do setor habitacional no Brasil também é uma tendência que vem desse governo que está acabando.

“Temos de pensar que o Brasil está ligado no mundo e temos de ter uma economia que, do lado da sua presença na economia mundial, tenha capacidade de se posicionar”

Futuro

Os candidatos deveriam ter muita preocupação em evitar uma bolha no setor habitacional. Isso aconteceu em outros países e traz um trauma extremamente forte. Também é preciso ver a questão cambial do Brasil. Penso ser possível um arranjo macroeconômico sem alterações fortes, mas com mudança de orientação e de maior articulação entre as esferas do poder econômico governamental para evitar uma valorização tão forte do Real, que prejudica tanto a economia do país.

O Brasil, hoje, é um local de atração de investimentos mais potencial. Temos, então, também de preservar a nossa capacidade de transformar essas potencialidades geradas pelo mercado interno em oportunidades de expansão da indústria nacional, do setor de serviços, ou, então, vamos perder para alguém. Essas questões irão significar maior ou menor desenvolvimento. O Brasil tem, neste momento, capacidade de impulsionar desenvolvimento (bem-estar, emprego, renda) para a sua população, sem descuidar dos programas que levam a melhor qualidade de vida para a sociedade, por meio de programas oficiais, da tributação, dos gastos públicos que, como disse, vieram para ficar. Quem sabe, consigamos fazer como outros países: além de ter programas oficiais, ter uma economia capaz de gerar um desenvolvimento maior. É isso que o país deve à sua população: uma economia capaz de, com seu dinamismo, criar empregos de qualidade, capacidade de geração de bem-estar econômico.

A atual política cambial é absolutamente perversa

Brasil passa por uma desindustrialização negativa e indústria nacional perde espaço para setores de baixa produtividade e baixo dinamismo tecnológico, constata o economista José Luis Oreiro

POR PATRICIA FACHIN

Segundo Oreiro, “a atual política cambial é absolutamente perversa no que se refere à participação da indústria no PIB” e favorece o processo de desindustrialização na economia brasileira. Na avaliação dele, para que se consiga reverter essa situação, é urgente “uma mudança radical na política cambial”, assegurando taxa de câmbio competitiva a médio e longo prazo.

Na entrevista a seguir, concedida, por telefone, à IHU On-Line, o professor da Universidade de Brasília - UnB também comenta os incentivos do BNDES à criação e fortalecimento de gigantes nacionais na economia e menciona que, em função dessa política, pode haver um “aprofundamento do processo de desindustrialização”. Ele explica: “Não há nenhum compromisso de que essas gigantes multinacionais brasileiras mantenham suas atividades produtivas no Brasil. Elas podem, simplesmente, fazer internacionalização do capital brasileiro e passar a localizar suas atividades produtivas no exterior”.

José Luis Oreiro é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio e doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Organizou *Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços* (São Paulo: Monole, 2003) e *Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro* (Rio de Janeiro: Campus, 2007). Confira a entrevista.

IHU On-Line - A economia brasileira vive um período de desindustrialização, ou não?

José Luis Oreiro - A economia brasileira passou, nos últimos vinte anos, por duas ondas de desindustrialização. A primeira ocorreu no período compreendido entre 1988 a 1998, quando houve uma redução significativa do valor adicionado da indústria no PIB brasileiro. Para se ter uma ideia de valores, em 1988 a participação do valor adicionado da indústria de transformação no PIB brasileiro se

situava em torno de 30%. Dez anos depois, em 98, a participação havia se reduzido para cerca de 20%. O segundo período de desindustrialização ocorreu recentemente, entre 2005 e 2008, onde houve uma redução da participação do valor adicionado da indústria de transformação de 17,5% no PIB, no início de 2005, para algo em torno de 16% do PIB, em 2008. É verdade que mais recentemente a economia brasileira continua se desindustrializando.

IHU On-Line - Quais as repercussões da desindustrialização, nestes dois períodos, sobre o crescimento potencial do país?

José Luis Oreiro - As repercussões são negativas a longo prazo. A indústria é o setor mais dinâmico da economia, é a fonte dos retornos crescentes de escala que dão sustentação ao crescimento a longo prazo e também é o setor da economia que tem maiores encadeamentos na estrutura produtiva. Além disso, os produtos industriais são aqueles que têm maior elasticidade de renda das exportações e, que, portanto, contribuem para um crescimento maior das exportações de longo prazo. Então, uma redução da participação da indústria no PIB a longo prazo implica numa redução na taxa de crescimento potencial da economia brasileira.

IHU On-Line - A política cambial e monetária demonstra que postura em relação à industrialização do país? Quais os reflexos dessas políticas no processo de industrialização/desindustrialização?

José Luis Oreiro - A atual política cambial é absolutamente perversa no que se refere à participação da indústria no PIB. Com o câmbio atual, que estima-se estar sobrevalorizado entre 25 e 30%, a capacidade da indústria nacional de competir no exterior é baixa e isso está se refletindo na substituição de produção doméstica por exportações, ou seja, há uma reversão do processo de substituição de importações que ocorreram no Brasil de 1950 a 1980 e, por outro lado, está se refletindo numa redução não só da participação dos produtos manufaturados na pauta de exportações brasileiras - hoje a participação deles está em torno de 50%, quando já foi 70% em alguns anos atrás -, mas, também, numa redução do saldo comercial da indústria. Ou seja, a indústria brasileira, que tradicionalmente tinha saldo comercial positivo, agora está com o saldo comercial ligeiramente equilibrado. Quer dizer, as importações da indústria nos últimos anos têm crescido mais rapidamente do que as exportações. Isso significa que, em breve, vamos ter uma situação em que o

“Esse crescimento não é sustentado a médio prazo, se não for mudada a política cambial do governo”

saldo comercial da indústria brasileira será negativo.

IHU On-Line - Alguns economistas defendem a tese de que a indústria não desempenha mais um papel significativo na economia de diversos países e que isso é uma tendência mundial. Em sua opinião, ainda é importante investir na indústria?

José Luis Oreiro - A desindustrialização que o Brasil está passando é diferente da desindustrialização dos países desenvolvidos. É o que, na literatura sobre esse tema, se diferencia entre desindustrialização positiva e negativa. A desindustrialização positiva ocorre quando, em um país, o nível per capita é suficientemente alto para que os setores de serviços mais intensivos em tecnologia e de alta qualidade comecem a crescer no PIB, tirando participação da indústria. Isso é o que aconteceu nos países europeus como Alemanha e França. Já a desindustrialização negativa ocorre quando a indústria perde importância no PIB, mas ela é substituída pelo setor de serviços de baixa produtividade. É exatamente esse o caso brasileiro, ou seja, a indústria nacional está perdendo espaço para setores de baixa produtividade e baixo dinamismo tecnológico.

IHU On-Line - Que políticas são necessárias para reverter esse processo e garantir o crescimento econômico do país?

José Luis Oreiro - Para que se consiga reverter este processo de desindustrialização é, absolutamente urgente, uma mudança radical na política cambial. Precisamos ter uma política que assegure uma taxa de câmbio competitiva de médio e longo prazo. Para isso, é preciso im-

plementar controles na entrada e saída de capitais do Brasil para reduzir não só a volatilidade da taxa de câmbio, como também para estabilizar a taxa de câmbio num patamar mais competitivo. Precisamos introduzir o que denominei de fundo de estabilização cambial e um fundo patrocinado com recursos do Tesouro Nacional para adquirir moeda estrangeira e, funcionar, assim, como um *market maker* no mercado de câmbio, fazendo com que a taxa cambial permaneça num patamar mais competitivo.

IHU On-Line - A partir do estímulo do BNDES à criação de gigantes nacionais, que consequências podemos prever para a economia brasileira?

José Luis Oreiro - Podemos, inclusive, ter um aprofundamento do processo de desindustrialização porque não há nenhum compromisso de que essas gigantes multinacionais brasileiras mantenham suas atividades produtivas no Brasil. Elas podem, simplesmente, fazer internacionalização do capital brasileiro e passar a localizar suas atividades produtivas no exterior. Como, por exemplo, o Grupo Gerdau. Vejo com preocupação essas medidas feitas pelo BNDES, principalmente pelo fato de que não há nenhuma garantia de que essas empresas irão investir e gerar empregos no Brasil.

IHU On-Line - Qual é a estratégia do governo, considerando as atuais políticas de investimento do BNDES, em relação à economia?

José Luis Oreiro - A estratégia do governo tem alguns acertos. Acho importante um aumento do financiamento de longo prazo e, isso, o BNDES tem feito nos últimos anos com aporte de recursos por parte do Tesouro. Essa iniciativa é positiva e, certamente, é por causa disso que temos observado, nos últimos dois anos, o investimento no Brasil se recuperando relativamente a um patamar extremamente baixo que ele alcançou em 2003, no início do mandato do presidente Lula. Mas não vejo nenhuma medida sendo tomada pelo governo para reverter o processo de desindustrialização e a situação calamitosa das contas exter-

nas brasileiras. Previsões feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea mostram que este ano o déficit em conta corrente brasileiro será da ordem de 50 a 60 bilhões de dólares, ou seja, aproximadamente 30% superior ao investimento externo. Para 2011, existem projeções de que o déficit em conta corrente deve chegar a 90 ou 100 bilhões de dólares. Então, o governo não está dando atenção devida a estes dois problemas: desindustrialização e o desequilíbrio externo. Essas questões irão cobrar muito caro para a economia brasileira, nos próximos anos, em termos de redução de crescimento e, talvez, ocorra uma crise de balanço de pagamentos em 2012 e 2013.

IHU On-Line - Hoje o BNDES segue mais a linha de agente de desenvolvimento ou de instituição financeira de mercado?

José Luis Oreiro - A primeira alternativa. Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o BNDES realmente tinha uma feição de banco de investimento de mercado, que tinha por objetivo patrocinar as privatizações. Hoje em dia, não. A gestão do presidente Luciano Coutinho à frente do BNDES foi positiva no sentido de restaurar ou recuperar o BNDES como um banco de desenvolvimento. No entanto, chamo atenção para essas questões relativas a usar dinheiro público para financiar o surgimento de grandes empresas multinacionais brasileiras, sem que haja uma contrapartida em termos de garantia de geração de emprego e renda no Brasil.

IHU On-Line - Qual é, atualmente, e qual deveria ser o papel do Estado na condução da economia e no desenvolvimento industrial do país?

José Luis Oreiro - O Estado deve ser o formulador das grandes vias de desenvolvimento. Quer dizer, primeiramente ele tem de garantir um ambiente macroeconômico estável - isso é fundamental. É também função dele manter suas contas em ordem, não só para sinalizar aos investidores que não haverá calote no futuro, mas fun-

damentalmente como garantia a realização de investimentos públicos em infraestrutura, que são absolutamente indispensáveis para o crescimento do Brasil a longo prazo.

Além disso, o Estado precisa garantir condições de concorrência para as empresas brasileiras competirem no exterior. Isso implica em garantir um câmbio competitivo de médio e longo prazo, em garantir condições de financiamento para as empresas investirem na ampliação de capacidade produtiva. Sem contar, obviamente, com financiamento à inovação e à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

IHU On-Line - A economia brasileira vem crescendo nos últimos anos. Esse crescimento irá se manter a médio e longo prazo?

José Luis Oreiro - Não com essa política cambial e com esse desequilíbrio externo. Como disse, mantido esse ritmo de crescimento, vamos ter uma crise de balanços de pagamentos em dois ou três anos.

IHU On-Line - Dependendo do resultado das eleições, quais devem ser os rumos da economia brasileira?

José Luis Oreiro - Pelos discursos que tenho acompanhado na imprensa dos três candidatos mais bem posicionados: Marina Silva, José Serra e Dilma Rousseff, o único que, até o presente momento, tem se mostrado bastante enfático na questão do desequilíbrio externo e na necessidade de mudança na política cambial, é o ex-governador de São Paulo, José Serra. Então, pelos discursos, só vejo possibilidade de mudança nesse quadro com a eleição de José Serra como presidente da república.

LEIA MAIS...

>> José Luis Oreiro já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line.

- *Projeto Ômega e desindustrialização*, publicada em 12-7-2010, nas Notícias do Dia. Disponível no link <<http://migre.me/11ayz>>;
- *Crise econômico-financeira. Projeções para 2009*. Entrevista publicada em 19-11-2008, nas Notícias do Dia. Acesse em <<http://migre.me/11aAm>>.

Participe dos eventos do IHU
www.ihu.unisinos.br

As controvérsias da política econômica brasileira

Para o economista Fernando Cardim de Carvalho, a maior decepção brasileira foi não ter estabelecido, nos últimos dezesseis anos, um projeto nacional de desenvolvimento

POR PATRÍCIA FACHIN

“**A**poiar empresas nacionais é o que todo país com uma liderança minimamente inteligente faz”, enfatiza Fernando Cardim de Carvalho, à **IHU On-Line**, por e-mail. Na entrevista que segue, ele explica que países como o Brasil, que ainda estão “construindo uma estrutura produtiva mais completa e madura, necessitam” do apoio ativo do Estado “para evitar o desperdício de recursos em atividades que exerçam impacto relativamente reduzido em termos de dinamização e transformação da economia”.

Para ele, o fortalecimento de “campeões nacionais tem o objetivo de torná-los mais resistentes à competição externa, onde as empresas crescem continuamente através de fusões e aquisições, permitindo que elas aproveitem economias de escala e de escopo, ao mesmo tempo em que sua presença em outros países pode também permitir que se beneficiem com incentivos locais”. O economista ressaltou ainda que embora a política econômica seja “um tanto esquizofrênica”, a política industrial “formulada e implementada pelo BNDES, é certamente pró-industrialização e crescimento da economia brasileira e tem sido, no fundamental, muito bem sucedida em neutralizar os efeitos nefastos do período FHC”.

Fernando Cardim de Carvalho é mestre em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e doutor em Economia pela Rutgers, The State University of New Jersey. Atualmente, é consultor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O Estado financiador (a partir das políticas de incentivo do BNDES) se justifica na conjuntura atual?

Fernando Cardim de Carvalho - Na verdade, a participação ativa do Estado no financiamento do investimento produtivo se justifica por razões estruturais, derivadas da natureza ainda subdesenvolvida da economia brasileira. Países que ainda estão construindo uma estrutura produtiva mais completa e madura necessitam desse apoio para evitar o desperdício de recursos em atividades que exerçam impacto relativamente reduzido em termos de dinamização e transformação da economia.

Esta é a razão pela qual uma instituição como o BNDES é tão importante, não muito diferente da razão pela qual a nacionalização do sistema bancário francês foi importante, no imediato

pós-Segunda Guerra, para reconstrução daquele país. No caso de uma crise financeira, e uma crise, diga-se, de grandes proporções como esta que ainda estamos vivendo, agrega-se ainda uma justificativa de curto prazo. Instituições financeiras privadas tendem a se retrair quando as incertezas aumentam, como ocorreu em todo o mundo. São instituições públicas, que não têm razões para temer uma falência, que podem ser ousadas e avançar na sustentação da oferta de crédito. A crise ainda não acabou, nem os mecanismos de sustentação do investimento devem ser desativados.

IHU On-Line - A atual política econômica favorece ou não a industrialização e a economia brasileira?

Fernando Cardim de Carvalho - A política econômica atual é um tanto esqui-

zofrênica. A política industrial, largamente formulada e implementada pelo BNDES, é certamente pró-industrialização e crescimento da economia brasileira e tem sido, no fundamental, muito bem sucedida em neutralizar os efeitos nefastos do período FHC. Já a política monetária, elemento essencial da estratégia macroeconômica, ao manter juros excessivamente elevados e alimentar tendências à sobrevalorização cambial, contribui para a fragilização da economia no curto prazo, aumentando os riscos de uma crise cambial, como está ocorrendo agora, ao desestimular exportações e o investimento. É como um avião onde uma turbina está com plena força para a frente, e outra está no reverso. A turbina insistentemente levando para trás é a política monetária do Banco Central.

IHU On-Line - O que se pode entender como estratégia política econômica do governo a partir da política do BNDES de apoiar o fortalecimento de gigantes nacionais? O que essa prática significa e sinaliza para o país no futuro?

Fernando Cardim de Carvalho - Entendo que o fortalecimento de alguns campeões nacionais tem o objetivo de torná-los mais resistentes à competição externa, onde as empresas crescem continuamente através de fusões e aquisições, permitindo que elas aproveitem economias de escala e de escopo, ao mesmo tempo em que sua presença em outros países pode também permitir que se beneficiem com incentivos locais. Esta não é uma meta que se aplique a qualquer setor. Onde houver economias de escala e integração a serem aproveitadas, elas podem se justificar, em outros casos não. É preciso ver caso a caso para se ter uma adequada avaliação da política.

IHU On-Line - Alguns economistas dizem que as privatizações foram um erro no Brasil, mas que o país está tentando “ficar esperto novamente”, ao apoiar suas empresas nacionais. Como avalia os casos de privatizações e fusões no país?

Fernando Cardim de Carvalho - Eu tendo a evitar a polarização ideológica que cerca o tema das privatizações. Para mim, é uma questão de eficácia e disponibilidade de recursos. Eu posso concordar, por exemplo, com o ex-ministro Bresser-Pereira¹ que o setor de telecomunicações, em tese, não deveria ter sido privatizado. Concretamente, porém, telecomunicações neste país eram um completo desastre.

Empresas como a Telerj, no Rio de Janeiro, eram a publicidade mais eficaz que uma campanha pró-privatizações poderia ter. Hoje em dia uma empresa

como a Infraero joga o mesmo papel: é impossível não viajar com frequência e não observar que o serviço oferecido pela empresa nos aeroportos não tem qualquer qualidade e que uma empresa como aquela, com a idade que tem, não tem mais direito a pleitear apoio. A privatização não poderia piorar o serviço que oferecem. Já no setor de energia elétrica, especialmente de geração, a privatização parece ter sido um desastre, como ilustrado pelo ocorrido no estado da Califórnia. O que importa é que o serviço seja oferecido adequadamente, a custo apropriado. Se a empresa é privada ou estatal não é o essencial. Por outro lado, apoiar empresas nacionais é mesmo o que todo país com uma liderança minimamente inteligente faz. Novamente, a questão mais importante é definir por que métodos esse apoio é dado e quais são as contrapartidas que têm de ser exigidas dos empresários beneficiados. Uma visão mais nacionalista não pode ser desculpa para favorecimento de empresários incompetentes.

IHU On-Line - A criação de potências nacionais é uma característica da política econômica atual ou é uma tendência mundial? Qual é a lógica desse comportamento?

Fernando Cardim de Carvalho - Vários países fazem isso, como, por exemplo, a França, de modo explícito, mas também os Estados Unidos, apesar de toda sua ideologia liberal. Quando o secretário do Tesouro, Geithner², se opõe à regulação sobre fundos de hedge proposta pela Comissão Europeia que poderia discriminar com os fundos originários dos EUA, ele está defendendo os interesses do setor financeiro americano e é natural que assim o faça.

IHU On-Line - A economia brasileira vem crescendo e, segundo avaliação da ONU, o crescimento econômico pode atingir 7,6%. Essas taxas de crescimento se sustentarão a longo prazo?

Fernando Cardim de Carvalho - Se o investimento se recuperar, sim. Nós já passamos por isso antes e vários países

² Timothy Geithner: secretário do tesouro dos Estados Unidos da América. (Nota da IHU On-Line)

conseguem isso no presente.

IHU On-Line - O Brasil tem um projeto nacional?

Fernando Cardim de Carvalho - Infelizmente, parece que ainda não. Esta talvez tenha sido a maior decepção que os últimos quinze a dezesseis anos trouxeram. Nem o príncipe dos sociólogos, nem o líder sindical moderno pareceram ter uma visão definida de um projeto de país que o Brasil precisaria, depois de décadas de estagnação. Ambos tiveram lá os seus méritos, mas parecem ter vindo para gerenciar, não para realmente liderar, apontar caminhos. Algumas poucas instituições desenvolveram uma reflexão nesta direção, inclusive, fortemente, o BNDES, mas não há projetos que tenham sido encampados por governos, que apontem para o futuro.

IHU On-Line - Dependendo do resultado das eleições, pode haver uma mudança na conduta da política econômica brasileira e na atuação do Estado?

Fernando Cardim de Carvalho - Possibilidade sempre há, embora o sistema político brasileiro pós-ditadura tenha sido desenhado para dificultar uma processo assim. Governos são eleitos sempre sem maioria parlamentar, o que os obriga a negociar com parlamentares muitas vezes desprovidos de qualquer visão, preparo ou qualificação ética. Isso já se reflete nas alianças para essa eleição, especialmente na eleição presidencial, onde setores mais progressistas se aliam ao que há de mais retrógrado para apoiar (ou usufruir de vantagens mais tarde) os principais candidatos, sem se importar muito com a coerência do que dizem e sugerindo que talvez também não tenham um projeto definido para o futuro do país.

LEIA MAIS...

>> Fernando Cardim de Carvalho concedeu outra entrevista à IHU On-Line.

* “Criou-se uma moeda europeia, mas não um estado europeu”. Entrevista publicada na edição 330, de 24-5-2010, intitulada *A crise da zona do Euro e o Estado regulador em debate*. Acesse no link <<http://migre.me/11Mcx>>.

¹ Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira (1934): economista, cientista político e político brasileiro. Foi ministro da Fazenda do Brasil durante o governo José Sarney. Tomou posse em 29 de abril de 1987 e deixou o ministério em 21 de dezembro de 1987. Foi ministro da Administração Federal e Reforma do Estado em todo o primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e Ministro da Ciência e Tecnologia nos primeiros seis meses do segundo mandato, permanecendo nesse cargo até o dia 19 de julho de 1999. (Nota da IHU On-Line)

A reprimarização é o subdesenvolvimento

Internacionalizar empresas significa exportar capitais e isso não é bom para o Brasil, defende o economista Reinaldo Gonçalves

POR PATRÍCIA FACHIN

“**H**á nítido processo de reprimarização da economia brasileira com o avanço da agropecuária e da mineração em detrimento da indústria de transformação”, constata Reinaldo Gonçalves, à **IHU On-Line**. Na entrevista a seguir, concedida, por e-mail, ele explica que ao invés de um processo de desindustrialização, ocorre no Brasil uma “rereprimarização”, ou seja, “o maior avanço relativo é o da indústria extrativa mineral”. Para ele, “a concentração de financiamento para a infraestrutura orientada para produção e exportação de commodities aprofunda ainda mais o modelo liberal periférico e a reprimarização”.

Gonçalves também critica a política de financiamento do BNDES e argumenta que a consolidação de “‘campeões nacionais’ implica centralização do capital e enfraquece a democracia, visto que os grandes grupos econômicos tornam-se, cada vez mais, os principais jogadores no financiamento de campanha”.

Questionado sobre o crescimento econômico dos últimos anos, ele dispara: “Não se iludam com os dados deste ano eleitoral. Este crescimento tem dependido de forte endividamento das famílias, empresas e governo”.

Reinaldo Gonçalves é professor de Economia Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Entre outros, é autor (em co-autoria com Luiz Filgueiras) do livro *A Economia Política do Governo Lula* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2007). Confira a entrevista.

IHU On-Line - A economia brasileira dá sinais de desindustrialização ou industrialização?

Reinaldo Gonçalves - De fato, há perda relativa da indústria de transformação na geração de renda da economia no passado recente. Este processo está associado ao avanço do Modelo Liberal Periférico no país há duas décadas. Para ilustrar, se considerarmos somente a renda gerada na agropecuária, mineração e indústria de transformação, constatamos as seguintes participações percentuais na renda (média móvel três anos):

	Agropecuária	Mineração	Ind. de transformação
1993	21	4	75
2002	25	6	69
2009	24	10	66

Ou seja, há nítido processo de reprimarização da economia brasileira com o avanço da agropecuária e da mineração em detrimento da indústria de transformação. Portanto, é mais apropriado falar em rereprimarização que em desindustrialização, visto que o maior avanço relativo é o da indústria extrativa mineral.

IHU On-Line - A atual política econômica favorece, ou não, uma desindustrialização/rereprimarização?

Reinaldo Gonçalves - Sim. Este processo é consequência da política macroeconômica assentada em juros altos, câmbio flexível e superávits primários (com déficit nominal). O principal resultado desta política é o viés restritivo que faz com que, no passado recente, a economia brasileira tenha fraco desempenho comparativamente a outros países em desenvolvimento e ao seu próprio histórico. No período de oito

anos o fraco desempenho do governo Lula é explicado, precisamente, pela combinação de estratégias retrógradas, políticas equivocadas, interesses dominantes e erros de gestão. Em todo o período 2003-10, a economia brasileira tem desempenho que fica muito aquém da sua experiência histórica. Os dados mostram que não é somente no primeiro mandato que o governo Lula tem fraco desempenho. Meu estudo sobre o desempenho da economia brasileira em perspectiva histórica mostra que o governo Lula ocupa a 8ª pior posição no Índice de Desempenho Presidencial (IDP-final) para um conjunto de 29 presidentes. A melhora marginal decorre, em grande medida, da estimativa de crescimento econômico para 2010. Entretanto, o fato a destacar é que o governo Lula tem IDP final inferior à média (58,6) e à mediana (61,1) para todos os governos do período republicano. (Ver: <http://migre.me/13n6H>.)

IHU On-Line - As privatizações de serviços públicos contribuíram para uma possível desindustrialização/re-reprimarização? Em que sentido?

Reinaldo Gonçalves - O processo de privatizações é parte do Modelo Liberal Periférico. O modelo é liberal por que é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da previdência social) e da privatização de empresas estatais, que implicam a reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico por que é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional, ou seja, um país que não tem influência na arena internacional, ao mesmo tempo em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. E, por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica. (Ver: FILGUEIRAS, L., GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.)

IHU On-Line - Ao apoiar empresas nacionais, o Brasil está tentando compensar as privatizações feitas no passado? Como, na sua avaliação, o país tem apoiado suas empresas nacionais?

Reinaldo Gonçalves - É difícil dizer o que é pior: empresas públicas usadas com objetivos políticos menores e, portanto, ineficientes, ou empresas privadas que gerenciam monopólios/oligopólios sem o aparato regulador eficaz. A existência de grandes empresas nacionais com poder econômico e, portanto, poder político também é um grave problema. A política de “campeões nacionais” implica centralização do capital e enfraquece a democracia, visto que os grandes grupos econômicos tornam-se, cada vez mais, os principais jogadores no financiamento de campanha. A questão central está

“O BNDES tem estimulado a centralização de capitais, o que implica maior concentração do poder econômico e, portanto, do poder político”

no equilíbrio entre grandes e pequenas empresas operando sob esquemas regulatórios eficazes de controle de práticas de negócios restritivas (abuso do poder econômico).

IHU On-Line - Quais os efeitos do desenvolvimento industrial no crescimento econômico brasileiro?

Reinaldo Gonçalves - Historicamente, a industrialização foi motor do crescimento econômico no Brasil no período 1930-80. Entretanto, ela deixou sequelas importantes como a extraordinária desigualdade, a pequena capacidade de geração de emprego, vulnerabilidade externa estrutural (desnacionalização do aparelho produtivo e fragilidade do sistema nacional de inovações) e ineficiência sistêmica da economia brasileira.

IHU On-Line - O que significa a política econômica do BNDES? Ela financia a industrialização do país? O que isso sinaliza enquanto política econômica?

Reinaldo Gonçalves - A atual conduta do BNDES implica sérios problemas. A concentração de financiamento para a infraestrutura orientada para produção e exportação de commodities aprofunda ainda mais o modelo liberal periférico e a re-reprimarização. No período 2003-08, a exportação absorveu 43% dos desembolsos do BNDES e as atividades intensivas em recursos naturais responderam por 51%. O BNDES financia a internacionalização de empresas e isto significa, de fato, a exportação de capitais - vazamento de excedente econômico - que é fundamental para o crescimento econômico. Boa parte do investimento externo das grandes empresas brasileiras resulta da estratégia de *hedge* de grupos fami-

liares frente ao “risco Brasil”. O BNDES tem estimulado a centralização de capitais, o que implica maior concentração do poder econômico e, portanto, do poder político. Assim, o banco enfraquece a já frágil democracia brasileira. Os financiamentos também implicam maior desigualdade na distribuição da renda na medida que em grandes grupos econômicos beneficiam-se de taxas de juros subsidiadas via recursos do Tesouro. O BNDES também contribui negativamente para a melhora do meio ambiente quando financia projetos intensivos em recursos naturais no contexto de fraco aparato regulatório. O melhor exemplo é a convergência do “arco do boi” com o “arco do desmatamento” na Amazônia, sem falar, naturalmente, das obras de infraestrutura como hidrelétricas. Os “campeões nacionais” do BNDES são, em grande parte, exploradores de recursos naturais que se apropriam de um lucro anormal baseado na frágil regulamentação. O banco tem preferência por dono da capitania hereditária e barão da privatização e vê o empresário schumpeteriano como um ser extra-terrestre. Em síntese, o BNDES está criando mais problemas do que trazendo soluções para o país.

IHU On-Line - O que a exportação de commodities representa a longo prazo?

Reinaldo Gonçalves - O subdesenvolvimento e a vulnerabilidade externa estrutural. Apesar de haver redução da vulnerabilidade externa conjuntural, houve elevação da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira durante o governo Lula. Ademais, a vulnerabilidade externa comparada (Brasil em relação a outros países e ao passado recente) não parece ter se reduzido. Ademais, nos últimos anos houve expansão de novas formas de vulnerabilidade externa da economia brasileira como o crescimento do estoque de investimento externo no mercado de capitais, a elevação do passivo externo líquido do sistema financeiro brasileiro e a crescente presença de não-residentes no mercado de derivativos. A crescente dependência em relação às commodities só agrava este problema. O mesmo ocorre em relação ao aumento da presença de capital estrangeiro no aparelho produtivo. Este ano deve ocorrer um fenômeno

importante: a remessa de lucros deve ser maior do que o ingresso líquido de investimento direto estrangeiro. E, portanto, o passivo externo (que chegou a US\$ 1.081 bilhões no final de maio) deve continuar crescendo.

IHU On-Line - A estimativa da ONU é de que a economia brasileira cresça 7,6%. Esse crescimento é sustentável?

Reinaldo Gonçalves - Não. Os investimentos de longo prazo estão focados em setores intensivos em recursos naturais. A rereprimarização é o subdesenvolvimento. Pré-sal, etanol, soja, carne bovina, frango etc. É o Brasil andando para trás. Não se iludam com os dados deste ano eleitoral. Este crescimento tem dependido de forte endividamento das famílias, empresas e governo. Isto não se sustenta por muito tempo. O Brasil pode estar entrando na mesma trajetória da Grécia no início dos anos 2000. O resultado será mais um longo período de instabilidade e crise.

IHU On-Line - A ideia de um projeto nacional ainda vigora no Brasil?

Reinaldo Gonçalves - Não há projeto nacional no Brasil atualmente. Os projetos atuais de desenvolvimento de longo prazo na América Latina podem ser classificados em três grupos distintos. No primeiro (Modelos Antiliberais) encontram-se os países que estão envolvidos, de uma forma ou de outra, em projetos marcadamente não-liberais, antiliberais ou de orientação socialista. Neste grupo podem ser incluídos os projetos socialistas da Bolívia, Equador e Venezuela e o nacional desenvolvimentismo na Argentina. Naturalmente, este grupo é muito heterogêneo. Entretanto, estes países têm como denominador comum a diretriz estratégica de redução de vulnerabilidade externa (principalmente, na sua dimensão estrutural), menor grau de liberalização, maior regulação, maior controle estatal sobre o aparelho produtivo e elevação do *policy space*. No segundo (Modelo de Liberalismo Livre-cambista) estão os países com projetos claramente marcados pelo neoliberalismo em que a liberalização econômica é o eixo estruturante do processo de desenvolvimento. Neste grupo estão Chile, México, Peru e Uruguai. Este grupo também é bastante heterogêneo segun-

do inúmeros critérios. Entretanto, eles têm em comum elevado grau de liberalização econômica e os grupos dirigentes têm implementado (no caso do Chile, há décadas) diferentes experimentos de corte liberal. No terceiro grupo (Modelo Liberal Periférico - MLP) encontram-se os países que estão envolvidos em projetos que são, na sua essência, variantes do Modelo Liberal Periférico. O MLP tem três conjuntos de características marcantes: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. Neste grupo estão Brasil, Colômbia e Paraguai. Estes países também têm diferenças significativas quanto aos projetos de desenvolvimento que estão sendo atualmente implementados. Não obstante as diferenças, eles compartilham as características marcantes do MLP. O Modelo Liberal Periférico é a própria negação de qualquer projeto nacional.

IHU On-Line - O que significa a rereprimarização/desindustrialização para a política externa do Brasil?

Reinaldo Gonçalves - A capacidade de o Brasil influenciar a arena internacional é decrescente no longo prazo. Os fatores determinantes desta tendência são: (i) a projeção internacional do país deverá diminuir visto que, apesar de manter seu enorme poder potencial, inclusive, passando do 9º maior PIB do mundo em 2010 para o 5º maior em 2033, o país deverá experimentar retrocesso do seu nível relativo de desenvolvimento em decorrência à redução da renda per capita comparativamente ao resto do mundo no longo prazo, ou seja, aumentará o hiato de desenvolvimento; (ii) aumentará a diferença entre o poder potencial e o poder efetivo do país em decorrência da elevação da vulnerabilidade externa estrutural do país, ou seja, haverá aumento do hiato de poder do Brasil no longo prazo em decorrência da rereprimarização do padrão de internacionalização da produção; (iii) a crescente assimetria no bloco dos BRICs dificultará cada vez mais a articulação de ações comuns, principalmente, se for considerada a consolidação de um modelo centro/periferia na relação bilateral China/Brasil, bem como a trajetória de instabilidade e crise decorrente da vulnerabilidade exter-

na estrutural do Brasil e da Rússia.

IHU On-Line - O que deve acontecer com a integração regional tendo em vista a rereprimarização?

Reinaldo Gonçalves - A capacidade de o Brasil articular e liderar um bloco de países sul-americanos é decrescente no longo prazo. Os fatores determinantes desta tendência são: (i) a crescente importância da base material de poder da Argentina na economia mundial e, principalmente, na América do Sul, ou seja, a elevação do peso específico da Argentina tenderá a diminuir a influência mundial e regional do Brasil; (ii) o déficit de consenso e os conflitos de interesses entre Brasil e Argentina deverão aumentar em função das divergências de estratégias de desenvolvimento e de padrões de inserção internacional destes dois países; (iii) a trajetória instável e até mesmo o retrocesso da integração regional na América do Sul deverão aumentar em função das divergências de estratégias de desenvolvimento e de padrões de inserção internacional na região, o que reduzirá as áreas de consenso e dificultará a formação de posições comuns; e (iv) a rereprimarização aumenta a vulnerabilidade externa estrutural do Brasil e a volatilidade do desempenho futuro e, portanto, reduz o poder efetivo do país nas arenas regional e internacional.

LEIA MAIS...

>> Reinaldo Gonçalves já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O material está disponível na página eletrônica do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

* *"A liberalização está entrincheirada. Ela não morreu e, como Fênix, ressurge das cinzas"*. Publicada na edição 330, de 24-5-2010, intitulada *A crise da zona do euro e o retorno do Estado regulador em debate*. Acesse no link <<http://migre.me/11X10>>;

• *"Capitalismo de compadres". MP 443 e o balcão de negócios*. Publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU em 30-10-2008 e disponível em <<http://migre.me/HUwp>>;

• *Fracasso para o governo, vitória para o povo brasileiro*. Publicada em 02-08-2008 e disponível em <<http://migre.me/HUy8>>;

• *O combate à desregulamentação financeira americana. Ainda há tempo?*, publicada na IHU On-Line número 253, de 07-04-2008, disponível em <<http://migre.me/HUze>>;

* *"O capitalismo é essencialmente um sistema irracional, instável e injusto"*, publicada na IHU On-Line número 387, de 30-03-2009, disponível em <<http://migre.me/HUAr>>.

Internacionalização favorece industrialização

Para o economista Fernando Sarti, o investimento é a variável fundamental para financiar a política econômica, além de ser a forma mais saudável de pensar o crescimento nacional

POR PATRÍCIA FACHIN

“**A** indústria assume, novamente, o dinamismo do crescimento brasileiro”, enfatiza o economista Fernando Sarti, na entrevista que segue, concedida, por telefone, à **IHU On-Line**. Segundo ele, a economia brasileira começou a dar sinais de melhora entre 2004 e 2008, motivada, num primeiro momento, pelo aumento do consumo e, no período seguinte, pelos investimentos feitos pelo governo. “O investimento, além de promover crescimento, também aumenta a capacidade produtiva, impossibilitando o desequilíbrio entre oferta e demanda”, explica.

Sarti mencionou ainda que o processo de internacionalização das empresas brasileiras é saudável e positivo para a economia nacional. Ele argumenta: “Empresas brasileiras atuam no exterior não para compensar a retração do mercado nacional, mas por que ele cresceu e as tornou mais fortes e competitivas para isso”. Seguindo esse raciocínio, o economista salientou que “o crescimento foi a variável chave para explicar a internacionalização de empresas nacionais e o fortalecimento delas no mercado interno”.

Sarti concorda com a estratégia política econômica do governo e menciona que, ao invés de o Estado “utilizar uma política tacaña, conservadora, de tentar combater a inflação com retração de demanda, é mais desejável para o país combatê-la com aumento de oferta. Então, ao ampliar o investimento, se expande a capacidade produtiva, estimula a demanda e se tem mais produtos”.

Fernando Sarti é graduado e mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp com a dissertação *Evolução das estruturas de produção e de exportações da indústria brasileira nos anos 80*. Ele também cursou doutorado na mesma instituição com a tese *Internacionalização comercial e produtiva no Mercosul nos anos 90*. Atualmente, é professor do Instituto de Economia da Unicamp. Confira a entrevista.

IHU On-Line - A economia brasileira vive um período de industrialização ou desindustrialização?

Fernando Sarti - Entendo industrialização como um processo onde a indústria coordena e lidera o crescimento e desenvolvimento econômico. Nesse sentido, não estamos vivendo uma desindustrialização. As pessoas tendem a definir desindustrialização de uma forma muito simplista em função do fechamento de empresas e da retração de alguns setores da atividade econômica na pauta de produção. O Brasil viveu um processo de desindustrialização interrompida. Mas hoje, a indústria assume novamente o dina-

mismo do crescimento brasileiro.

IHU On-Line - O senhor pontua dois momentos na economia brasileira: o período de 2004 a 2008, quando houve um ciclo de crescimento; e 2006 a 2008, quando se teve um ciclo de investimento. Pode nos explicar essa ideia? Como esses momentos refletiram na industrialização brasileira?

Fernando Sarti - De 1980 a 2005, o setor externo era o vetor que favorecia o crescimento. A partir de 2004, esse cenário começa a mudar, sobretudo, por meio do consumo, o qual foi beneficiado por diversos fatores, entre eles, a transferência de renda e o aumento do salário mínimo, os quais inseriram uma

parcela da população no mercado de consumo. Além disso, há um aumento no nível de emprego e uma ampliação da formalização do mercado de trabalho. Com isso, as pessoas passaram a ter acesso a crédito.

De 2005 a 2006, o consumo puxou o crescimento brasileiro. Nesse contexto, surge a variável do investimento. Durante quase 20 trimestres, a formação por uso de capitais fixos, medida utilizada para avaliar o investimento, cresceu acima do PIB. Com isso, o Brasil entrou em um ciclo de investimento, o qual não é baseado apenas na indústria, mas também na infraestrutura e no petróleo. Então, entre 2005 a 2008, o principal vetor do crescimento bra-

sileiro passa a ser o mercado doméstico num primeiro momento, com o aumento do consumo e, num segundo período, com os investimentos.

IHU On-Line - Como o Brasil tem apoiado suas empresas nacionais?

Fernando Sarti - Existe um debate insano em torno desta questão. Um dos grandes problemas que a economia brasileira mostrava no período anterior era o fato de que o Brasil era um grande receptor de investimentos estrangeiros e, por outro lado, as empresas nacionais atuavam pouco no exterior.

Pela própria retomada do crescimento da economia, as empresas tiveram uma capacidade maior de acumular capital e passaram a buscar novos mercados para dar continuidade ao crescimento. Assim, identifiquei um processo de internacionalização sadio entre as multinacionais. Ou seja, as empresas brasileiras atuam no exterior não para compensar a retração do mercado nacional, mas por que ele cresceu e as tornou mais fortes e competitivas para isso. Desse ponto de vista, o crescimento foi a variável chave para explicar a internacionalização de empresas nacionais e o fortalecimento delas no mercado interno.

A iniciativa do governo, de tentar facilitar a atuação das empresas no exterior por meio do financiamento, foi importante. Estratégias de inovação, diversificação e de internacionalização pressupõem um volume de recursos consideráveis e, nem sempre, as empresas têm capital próprio para realizar essas iniciativas. Nesse sentido, as linhas de financiamento do BNDES são importantes para possibilitar essas estratégias. A atuação do BNDES foi decisiva para gerar grandes empresas nacionais seja para atuar no exterior, ou no mercado doméstico.

Uma empresa brasileira internacionalizada tende a ter sua rede de fornecedores formada por instituições nacionais. Por isso, é importante ter grandes empresas brasileiras fortalecidas, que permitem também o desenvolvimento da média e pequena indústria. Além do mais, isso fortalece a produção do mercado brasileiro, gera mais empregos e cria um ciclo virtu-

“A política de investimento do BNDES é exatamente assegurar financiamento para que o ciclo de investimento se mantenha”

oso. Assim, a grande empresa, desde que, dentro de uma diretriz de política industrial, pode favorecer a industrialização do país.

IHU On-Line - Qual é a estratégia do governo, a partir das atuais políticas de investimento do BNDES, em relação à política econômica e a política industrial?

Fernando Sarti - Se observarmos a recuperação da economia brasileira pós-crise, vamos perceber que o circuito existente antes da crise foi remontado. Ou seja, novamente o padrão de crescimento brasileiro parece saudável no sentido de que está sustentado, sobretudo, em cima do investimento. Dados recentes do IBGE, da linha de financiamento do BNDES e empresariais, mostram que o investimento retomou o crescimento, além de aumentar a capacidade produtiva, impossibilitando o desequilíbrio entre oferta e demanda.

A política de investimento do BNDES é exatamente assegurar financiamento para que o ciclo de investimento se mantenha e, se possível, se acelere. A ideia do governo foi eleger o investimento à variável chave para financiar a política econômica. Essa é a forma mais saudável de se pensar o crescimento. Ao invés de o governo utilizar uma política tacanha, conservadora, de tentar combater a inflação com retração de demanda, é mais desejável para o país combatê-la com aumento de oferta. Então, ao ampliar o investimento, a capacidade produtiva se expande, estimula a demanda e se tem mais produtos.

Lógico que isso não pode ser feito, exclusivamente, via financiamento público. Esse é o grande gargalo da eco-

nomia brasileira. O BNDES está fazendo o possível para que os investimentos aconteçam, mas está na hora de o setor privado contribuir para isso.

Hoje, o Brasil tem uma taxa de investimento por volta de 19% do PIB. É fundamental que ela chegue a 25% para manter o crescimento de 6,7 % ao ano, sem gerar desequilíbrio, garantindo, ao mesmo tempo, energia elétrica, serviços de telecomunicações, bens de consumo.

IHU On-Line - O senhor diz que a indústria recuperou sua capacidade de crescimento, de acumulação e de investimento. Esse crescimento econômico é sustentável a longo prazo?

Fernando Sarti - Nos últimos 25 anos, nunca vi um momento tão propício para a economia brasileira. Como o crescimento não está sustentado, única e exclusivamente, em cima do consumo, que depende da demanda externa, ou seja, é um crescimento que vem sendo puxado pelo mercado interno e, dentro do mercado doméstico é o investimento a variável mais importante, digo que para o crescimento se manter é fundamental que o investimento se mantenha. O Brasil tem uma infraestrutura a ser construída e tem uma série de oportunidades a partir de investimentos em saneamento, transporte, aeroportos, ferrovias, rodoviárias, telecomunicações. Acrescenta-se a isso o pré-sal, que é uma oportunidade ótima para a economia brasileira. Sou otimista de que esse crescimento é sustentado se viabilizarmos o investimento.

Temos de ter uma capacidade de coordenação. Não adianta elevar o investimento da Petrobras e os recursos vazarem para o exterior; construir plataformas, se elas forem importadas; fazer investimento em ferrovia, se as locomotivas virem da China ou da Alemanha. A ideia é utilizar o volume de investimento para promover o desenvolvimento industrial dos setores brasileiros. Isso significa fazer política industrial.

IHU On-Line - Como percebe a compra da Vivo pela Telefônica? O que significa isso no momento atual?

Fernando Sarti - Essa é uma questão

patrimonial. A Telefônica tem interesse em se expandir. Esse caso mostra que o eixo de crescimento brasileiro mudou. Empresas europeias começam a identificar na América Latina a importância do mercado.

A Portugal Telecom (PT), ao vender a sua participação, não saiu do país. Ela comprou participação na Oi. Isso mostra que ela quer continuar apostando no Brasil por que percebe que a economia nacional deve ser, nos próximos vinte anos, a que mais irá crescer no mundo. Essa movimentação patrimonial e de re-investimento, apenas sinalizam o quanto essas empresas veem o mercado brasileiro como promissor.

A participação da PT na Oi é notória e trás recursos importantes para a empresa se mover. A criação da Oi foi uma estratégia importante; precisávamos ter uma empresa de telecomunicações nacional por que isso gera poder de compra e tecnologia nacional e, ao mesmo tempo, é importante para fazer frente às outras empresas.

IHU On-Line - Há, no Brasil, um projeto de desenvolvimento? Como o define?

Fernando Sarti - Se reconhece, hoje, a importância da existência de empresas nacionais, de uma atuação cada vez mais presente e coordenada pelas instituições públicas. Todo o processo de desenvolvimento pressupõe a presença de um Estado ativo e eficiente. Desse ponto de vista, penso que há uma política nacional de mostrar que o Estado tem como contribuir e apontar as diretrizes.

O Estado brasileiro passou por processo de desaparecimento violento no período liberal. Não é possível reorganizar esses mecanismos do dia para a noite. De qualquer modo, há a tentativa de remontar um projeto nacional. Nesse sentido, não dá para pensar o Estado desenvolvimentista dos anos 70, mas um Estado que assume o papel protagonista de coordenar investimentos e o desenvolvimento. Estamos longe do sonho de desenvolvimento, sobretudo, por que discutimos mais sobre crescimento e menos acerca do desenvolvimento. O próximo passo importante é discutir o desenvolvimento social, onde, novamente, a participação do estatal é fundamental.

Economia brasileira e a síndrome do Peter Pan

Para o economista Fernando Ferrari Filho, “o projeto nacional passa pela elaboração de uma estratégia novo-desenvolvimentista, que assegure crescimento sustentado da economia brasileira”

POR PATRICIA FACHIN

O Brasil não está passando por um “processo de desindustrialização. Não quero dizer, com isso, que a questão da apreciação cambial, a falta de uma política industrial e tecnológica, incentivos creditícios e fiscais ao setor industrial etc. não sejam pontos que devem merecer as atenções das autoridades econômicas”. A opinião é do economista Fernando Ferrari Filho e foi expressa na entrevista que segue, concedida, por e-mail, à IHU On-Line.

Na avaliação do professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, o Brasil continua “tendo a ‘síndrome de Peter Pan’, ou seja, não é possível ‘aumentamos a taxa de juros e apertarmos as metas fiscais toda vez que a inflação ‘descontrola-se’, distanciando-se do alvo da meta, afetando, assim, o ritmo de crescimento da economia”.

Fernando Ferrari Filho é graduado em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, doutor em Economia pela Universidade de São Paulo - USP, e pós-doutor pela University of Tennessee System (1996). Publicou, nos *Cadernos IHU ideias* nº 37, o artigo *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, disponível no link <migre.me/GIII>. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em outra entrevista que nos concedeu, o senhor alertava para a perspectiva de uma desindustrialização da economia brasileira. Tal processo está acontecendo?

Fernando Ferrari Filho - Eu não diria que o país esteja em um processo de desindustrialização. Não quero dizer, com isso, que a questão da apreciação cambial, a falta de uma política industrial e tecnológica, incentivos creditícios e fiscais ao setor industrial etc. não sejam pontos que devem merecer as atenções das autoridades econômicas. Muito pelo contrário, tais aspectos devem estar na agenda econômica do próximo presidente da República. Não é mais possível

continuarmos tendo a “síndrome de Peter Pan”, ou seja, aumentarmos a taxa de juros e apertarmos as metas fiscais toda vez que a inflação “descontrola-se”, distanciando-se do alvo da meta, afetando, assim, o ritmo de crescimento da economia. Temos que crescer! O Banco Central “peterpaniano” parece não querer crescimento.

IHU On-Line - A atual política econômica favorece, ou não, uma desindustrialização?

Fernando Ferrari Filho - A política cambial brasileira é equivocada. Ademais, a combinação juros elevados e câmbio apreciado tem nos feito atrair

“poupança externa” que, historicamente, não gera crescimento e desenvolvimento. Centrando a atenção na questão cambial, o reflexo de um câmbio apreciado (há anos), em um contexto de desaquecimento da economia mundial pós- crise do *subprime*, acabou gerando, novamente, mega-déficits na conta de transações correntes do país; por exemplo, para 2010, estima-se um déficit na referida conta da ordem de US\$ 50,0 bilhões. Como parte desse déficit decorre do crescimento das importações, tanto de bens de consumo quanto de bens de capital, logo o setor produtivo doméstico é afetado.

IHU On-Line - Os saldos de commodities agrícolas e minerais têm sido, e serão, capazes de compensar os déficits em manufatura?

Fernando Ferrari Filho - Se os preços internacionais das commodities continuarem elevados, será possível que a compensação ocorra. Porém, não é demais ressaltar que a questão central é a perda de dinamismo do setor manufatureiro: as estatísticas mostram que o quantum das exportações dos manufaturados tem sido recorrentemente arrefecido nos últimos anos.

IHU On-Line - A competitividade chinesa obriga, de alguma maneira, os países a remodelar seus parques industriais? Qual o desafio para o Brasil nesse sentido?

Fernando Ferrari Filho - Reformas institucionais e uma nova agenda econômica. Juros, câmbio, carga tributária, crédito etc. devem fazer parte das discussões macroeconômicas. Os

novos-desenvolvimentistas, em grande parte identificados com os princípios da Associação Keynesiana Brasileira, criada em 2008, estão pensando e articulando propostas nessa direção.

IHU On-Line - Alguns economistas assinalam que há uma tendência mundial de perda da importância da indústria no PIB dos países. O senhor concorda?

Fernando Ferrari Filho - Não há dúvidas de que a participação do setor de serviços, em especial o comércio e intermediação financeira, tem crescido e determinado a dinâmica das economias nas últimas décadas. Se um setor cresce, é natural que outro, como o industrial, se arrefeça. Não quer dizer, todavia, que o setor industrial deixe de ser relevante. O volume do comércio mundial alicerçado em bens comercializáveis é um exemplo dessa relevância.

IHU On-Line - A ideia de um projeto nacional ainda está presente no Brasil? Por meio de que elementos podemos vislumbrar isso?

Fernando Ferrari Filho - Sem dúvidas. O projeto nacional, indo na linha dos keynesianos brasileiros, passa pela elaboração de uma estratégia novo-desenvolvimentista, que assegure crescimento sustentado da economia brasileira em um contexto de estabilidade de preços e melhorias progressivas na distribuição pessoal e funcional da renda.

IHU On-Line - Segundo a ONU, a economia brasileira pode chegar a 7,6%. Esse crescimento é sustentável, ou seja, ele conseguirá se manter?

Fernando Ferrari Filho - Que iremos crescer em ritmo asiático em 2010, não há dúvida. Se será 6,0% ou 7,5%, é questão menor. Crescerá por vários motivos: primeiro, porque a base de comparação é risível - em 2009 houve recessão, 0,2%; segundo, porque a partir do segundo trimestre do ano passado foram implementadas medidas fiscal e monetária contracíclicas; e terceiro porque no primeiro semestre de 2010 o mercado doméstico tornou-se mais dinâmico face à expansão do crédito, da massa salarial etc. A questão é 2011, 2012. Mais uma vez, se nos preocuparmos tão somente com a questão do “descontrole” da inflação, voltaremos a crescer entre 3,0 e 4,0% ao ano. Estabilidade macroeconômica não é única e exclusivamente controle do processo inflacionário. Ela é estabilidade de preços, crescimento econômico sustentável com distribuição de renda e equilíbrio externo.

LEIA MAIS...

Confira outras entrevistas concedidas por Fernando Ferrari Filho à IHU On-Line.

* “O mercado somente funciona com a ‘mão visível’ do Estado”, publicada na edição 330, de 4/5/2010, intitulada *A crise da zona do euro e o retorno do Estado regulador em debate*. Confira no link <<http://migre.me/12P1D>>;

* Uma política econômica única e exclusivamente para controlar a dinâmica inflacionária. Revista IHU On-Line nº 204, de 13-11-2006, disponível para download em <<http://migre.me/GlNg>>;

* Programa de aceleração do crescimento. Um ano depois. Notícias do Dia 23-01-2008, disponível para download em <<http://migre.me/GlNU>>;

* A “mão invisível” do mercado não funciona sem a “mão visível” do Estado. Revista IHU On-Line nº 276, de 06/10/2008, disponível para download em <<http://migre.me/GlMj>>.

BAÚ DA IHU ON-LINE

>> A IHU On-Line já produziu outra edição sobre a discussão em torno da industrialização e desindustrialização. Acesse na nossa página eletrônica www.ihu.unisinos.br

* O Brasil está se desindustrializando? Um debate. Edição 218, de 7/5/2007. Acesse no link <<http://migre.me/12ELp>>.

>> Ainda sobre economia e temas abordados nesta edição, confira as publicações a seguir.

• A crise da zona do euro e o retorno do Estado regulador em debate. Edição 330, de 24-5-2010. Acesse em <http://migre.me/12Pa4>;

• Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil. Edição número 317, publicada em 30-11-2009. Acesse no link <http://migre.me/pH5L>;

• O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crises e horizontes. Edição número 301, publicada em 20-7-2009. Disponível no link <http://migre.me/pH7f>;

• O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado. Edição número 291, de 4-5-2009. Acesse no endereço eletrônico <http://migre.me/pH8Q>;

• A crise capitalista e a esquerda. Edição número 287, publicada em 30-3-2009. Acesse no link <http://migre.me/pH9P>;

• A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx. Edição número 278, de 21-10-2008. Acesse em <http://migre.me/pHCo>;

• A crise financeira internacional. O retorno de Keynes. Edição número 276, de 6-10-2008. Disponível

no link <http://migre.me/pHe0>;

• Uma nova classe média brasileira? Edição número 270, publicada em 25-8-2008. Publicada em <http://migre.me/pHA7>;

• Raízes do Brasil. Edição número 205, de 20-11-2006. Acesse no link <http://migre.me/pHH8>;

• O Brasil que a gente quer. Edição número 201, de 23-10-2006. Disponível no endereço <http://migre.me/pHlg>;

• Governo Lula: Uma saída neoliberal para a crise do neoliberalismo? Edição número 79, de 13-10-2003. Disponível no link <http://migre.me/pINN>;

• Projeto Nacional de Desenvolvimento: Uma possibilidade? Um contra-senso? Edição número 77, de 29-9-2003. Disponível no endereço eletrônico <http://migre.me/pIOS>.



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Teologia Pública

Conhecer Jesus a partir dos não cristãos: uma proposta e um desafio teológico

Para o teólogo vietnamita radicado nos EUA, Peter C. Phan, ser religioso hoje é ser inter-religioso. Assim, ser cristão exige viver, trabalhar, teologizar e partilhar experiências espirituais também com os não cristãos

POR GRAZIELA WOLFART E MOISÉS SBARDELOTTO | TRADUÇÃO ANETE AMORIM PEZZINI

Nascido no Vietnã, Peter C. Phan emigrou aos Estados Unidos em 1975, como refugiado. Por isso, ele é, por sua própria trajetória, um teólogo que compreende o atual período histórico e também religioso, buscando unir as reflexões orientais e ocidentais. Como exemplo disso, ele foi o primeiro presidente nascido fora dos EUA da Catholic Theological Society of America.

Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Phan aborda a “pessoa e a natureza” de Jesus como “uma forma concreta de viver uma vida verdadeira e plenamente humana”. Se mais de 2 bilhões de pessoas na Terra se declaram “cristãos”, defende, não é por causa do apelo da Igreja como instituição, “com suas estruturas de poder e seu sistema jurídico”, mas sim por causa da própria “figura de Jesus”. Ou seja, “porque nele encontram um florescimento pleno da vida humana”.

Por isso, além dos Evangelhos, como fonte para conhecer Jesus, e da Tradição, Phan sugere duas outras fontes. A primeira é mais conhecida, mas pouco lembrada: é aquilo que os teólogos asiáticos chamam de “magisterium dos pobres”. Ou seja, os economicamente pobres, mas também aqueles que são “marginalizados por quaisquer motivos, tais como raça, etnia, gênero e orientação sexual, cultura, tradição religiosa”.

Já a segunda fonte chega a parecer paradoxal, mas é justamente sobre ela que grande parte de seus estudos e obras versam profundamente: “as experiências dos crentes em Deus não cristãos (e dos não crentes)” também nos falam de Jesus. Por isso, para Phan, “ser religioso hoje é ser inter-religioso”. Nesse intercâmbio, “nossa fé permanece firme e será intensificada, mas nossa compreensão e as práticas da nossa fé serão desafiadas, corrigidas, complementadas, enriquecidas”.

Peter C. Phan é doutor em teologia pela Pontifícia Universidade Salesiana de Roma e doutor em filosofia pela também pela Universidade de Londres, instituição na qual também obteve outro doutorado em teologia pastoral. Publicou diversas obras sobre vários aspectos da teologia, traduzidos em italiano, alemão, francês, espanhol, polonês, chinês, japonês e vietnamita. É o atual titular da Cátedra Ignacio Ellacuría de Pensamento Social Católico da Universidade de Georgetown. Além disso, já lecionou na Universidade de Dallas, na Catholic University of America de Washington e no Union Theological Seminary de Nova York, dentre outros. Neste ano, foi homenageado com o prêmio John Murray Courtney, a mais alta honraria concedida pela Sociedade Teológica Católica da América, por seu “extraordinário e distinto êxito em Teologia”. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que consiste a unicidade da intimidade filial de Jesus com Deus?

Peter C. Phan - Os quatro evangelhos sempre usam o título “Filho de Deus” ou “o Filho” para descrever quem é Jesus. Essa expressão é usada no Antigo

Testamento para se referir aos anjos, ao rei e ao povo de Israel como um todo. Os Evangelhos Sinóticos relatam que Jesus se refere a si mesmo como o Filho (Marcos 13, 32; 12, 6; Mateus 11, 27; e Lucas 10, 22). Também se relata que, em sua oração a Deus, Jesus diri-

ge-se a Deus como “Abba” (*meu Pai*). De acordo com o estudioso alemão Joachim Jeremias¹, Jesus foi o primeiro judeu a usar esse termo de familiarida-

¹ Joachim Jeremias (1900-1979): teólogo literano alemão, era professor de Novo Testamento. (Nota da IHU On-Line)

de e intimidade com o qual as crianças chamam seus pais para se dirigir a Deus (Marcos 14, 36), em contraste com o termo mais formal *Abbi* usado nas orações judaicas públicas. Essa prática de Jesus foi posteriormente evocada para enfatizar a unicidade da relação de Jesus com Deus, exclusiva dele e não disponível a qualquer outra pessoa, e indicativa de sua natureza divina.

Esse argumento para a unicidade da relação filial de Jesus com Deus, baseado em seu uso do “Abba”, não deve, contudo, ser exagerado. O fato de que o relacionamento de Jesus com Deus e de chamar a Deus como seu “Abba” é único dificilmente pode ser negado. No entanto, mesmo admitindo a verdade da afirmação de Jeremias, não significa que nenhum outro judeu, antes de Jesus e durante a sua vida, nunca tenha usado esse termo familiar para se dirigir a Deus em sua oração privada. O fato de que Jesus é lembrado por ter usado esse termo em sua oração a Deus não elimina, por si só, a possibilidade de que outros também usaram esse termo em suas orações privadas, mas *não registradas*. Com efeito, dada a inevitável prática de aplicar a Deus a nossa língua comum sobre as realidades humanas, é muito provável que palavras como “Abba” tenham sido usadas pelos judeus para se referirem a Deus. Além disso, a ocasião em que se relata que Jesus usou essa expressão foi na sua oração *privada* no Jardim do Getsêmani, a qual ninguém ouviu ou testemunhou e, portanto, o uso do “Abba” por Jesus, nesse caso, é uma reconstrução histórica de Marcos ou de seus informantes de fontes outras que não o conhecimento pessoal, baseado em uma testemunha real do evento.

Além disso, deve-se notar que a maneira como cada pessoa se refere a Deus e o nomeia é inescapavelmente “única” e “exclusiva” dela, mesmo quando as mesmas palavras são usadas. Deus como Mistério infinito e amoroso não pode ser experimentado a não ser de maneiras diversas e únicas por cada indivíduo. Em outras palavras, minha forma de experimentar Deus é tão “única” e “exclusiva” quanto a de Jesus. O ponto aqui não é negar a originalidade e a unicidade da relação filial de Jesus com Deus, mas colocá-la dentro do contexto da expe-

“Em que, então, consiste a unicidade da relação filial de Jesus com Deus? De acordo com os evangelhos, a intimidade dessa relação repousa na total obediência de Jesus à vontade de Deus”

riência humana de Deus e relacioná-la (“relativizá-la”) com esse contexto mais amplo.

Em que, então, consiste a unicidade da relação filial de Jesus com Deus? De acordo com os evangelhos, a intimidade dessa relação repousa na total obediência de Jesus à vontade de Deus. Jesus é o “Filho de Deus”, porque ele obedeceu à vontade de seu Pai, assumindo o papel do “Servo Sofredor”. Como mencionei acima, o título de “Filho de Deus” é dado, no Antigo Testamento, aos anjos, ao rei e ao povo de Israel. No caso de Jesus, esse título está relacionado com o seu papel como Servo Sofredor, para realizar o plano de Deus de estabelecer o reino de Deus e salvar a humanidade. Em outras palavras, a filiação divina de Jesus - sua relação filial com o Pai - é definida em termos de sua obediência a Deus e de seu papel como Servo Sofredor, e não em termos de sua pré-existência eterna em Deus como o Logos. Esse ponto fica especialmente claro no evangelho de Marcos, embora também esteja presente em Mateus e Lucas. É só no Quarto Evangelho que a filiação divina de Jesus consiste explicitamente em sua eterna coexistência com o Pai e sua geração pelo Pai. Diz-se que Jesus é o *único* (*monogenēs*) Filho (Jo 1, 4.18; 3, 16) e que fez uma clara distinção (Jo 20, 17) entre Deus como seu Pai (“meu Pai”) e Deus como nosso Pai (“vosso Pai”).

IHU On-Line - Por que Jesus é atraente para as pessoas?

Peter C. Phan - O fato de Jesus ter atra-

ído todos os tipos de pessoas ao longo dos últimos 2 mil anos não necessita de ênfase. Atualmente, mais de 2 dos 6 bilhões de pessoas na Terra se declaram “cristãs” - isto é, seguidoras de Jesus. As razões pelas quais esses dois bilhões de pessoas aceitaram Jesus como seu “Senhor e Salvador” são tão variadas e tantas quanto as próprias pessoas. Por mais diferentes que essas motivações sejam, podemos estar razoavelmente certos de que não residem no apelo da Igreja como instituição, com suas estruturas de poder e seu sistema jurídico. (A Igreja tem sido a razão pela qual algumas pessoas se recusam a se tornar ou a permanecer cristãs! Crimes recentes de vários tipos perpetrados pela hierarquia são mais do que uma prova disso.) Pelo contrário, o apelo encontra-se na figura de Jesus mesmo.

Qual é, então, a atratividade de Jesus? Raramente é o Jesus tal como apresentado pelos dogmas cristãos, nas categorias filosóficas greco-romanas abstratas. É, ao invés, o Jesus como narrado nos evangelhos, com seus ensinamentos sobre como viver uma vida plena e verdadeiramente humana, o exemplo de sua vida dedicada ao serviço dos pobres e dos marginalizados até a morte, e seu amor e obediência profundos e incondicionais a Deus. Em outras palavras, as pessoas são atraídas por Jesus, porque nele encontram um florescimento pleno da vida humana. Notemos que não é “felicidade” tal como definida pela modernidade - satisfação autocentrada nas necessidades materiais, psicológicas e até mesmo espirituais - à qual Jesus se refere quando diz que dá “vida abundante”. Muitos dos ensinamentos de Jesus são, na verdade, “palavras duras” que afirmam que uma renúncia total de si mesmo é necessária para sermos seus discípulos. Apesar desse ideal ético altamente exigente, muitas pessoas são atraídas a Jesus, precisamente porque encontram nele uma forma concreta de viver uma vida verdadeira e plenamente humana.

IHU On-Line - Então, quem é Jesus?

Peter C. Phan - Se quisermos fornecer uma resposta completa e definitiva para essa questão, teríamos que penetrar nos recessos secretos do coração e da alma de Jesus. Essa tarefa não é

somente impossível, mas também idólatra. Isto é verdade para Jesus, assim como para qualquer pessoa humana. Nós nunca podemos “definir” uma pessoa, uma vez que, ao fazê-lo, inevitavelmente reduzimos essa pessoa ao status de um objeto.

É interessante que o próprio Jesus pediu certa vez que seus discípulos lhe dissessem o que as pessoas e eles próprios diziam que ele era. Quando Pedro disse que ele era “o Cristo, o Filho do Deus vivo” (Mateus 16, 16), Jesus acrescentou que ele tinha que sofrer, morrer e ressuscitar novamente. Pedro repreendeu-o, ao que Jesus lhe disse: “Afasta-te de mim, Satanás” (Mateus 16, 23). Assim, ao dizer quem Jesus é, devemos estar bem conscientes da inadequação de nossas próprias respostas, incluindo a da Igreja, para que não sejamos chamados de “Satanás” por Jesus!

Tradicionalmente, há duas maneiras de explicar quem é Jesus, uma dizendo o que Jesus é por natureza; e a outra, dizendo o que ele faz. Muitos de nós estamos familiarizados com o modo como o ensinamento oficial da Igreja, especialmente no Concílio Ecuemênico de Calcedônia (451), costuma explicar a identidade de Jesus, isto é, empregando as categorias filosóficas de “pessoa” e “natureza”. Então, diz-se que Jesus é uma pessoa (isto é, o Logos ou Palavra de Deus, uma das “pessoas” da Trindade) em duas naturezas, divina e humana, e as duas naturezas estão unidas na pessoa do Logos, nas palavras de Calcedônia, “sem confusão ou mudança, sem divisão ou separação”. Assim, como “pessoa”, Jesus é o Filho de Deus, nascido do Pai e “consustancial” a ele. Em suas “naturezas”, Jesus é totalmente divino e totalmente humano.

Obviamente, não há nada de errado em fazer uso das categorias metafísicas para afirmar quem é Jesus. De fato, elas nos ajudam a obter uma compreensão mais precisa e ortodoxa de Jesus. No entanto, essas categorias cobram um preço alto, especialmente para a evangelização. Por um lado, elas estão limitadas a uma determinada cultura, isto é, a grega e, portanto, não são facilmente compreensíveis em

“Se quisermos descobrir a identidade de Jesus, temos que olhar para o que Jesus disse e fez durante seu ministério. Lá encontramos que o centro da mente, do coração e do ministério de Jesus é a regra ou o reino de Deus”

outras culturas, com sistemas filosóficos diferentes. Existem outras filosofias além da filosofia grega, por exemplo, indiana e chinesa. Elas também são abstratas e a-históricas e, portanto, não movem os corações para seguir Jesus. Por último, elas não são o modo pelo qual os evangelhos costumam nos contar quem é Jesus.

Os evangelhos nos dizem quem é Jesus não por meio da filosofia, nem mesmo por meio da “história” como a entendemos hoje, isto é, como uma reconstrução objetiva do que realmente aconteceu. Em vez disso, eles o fazem contando-nos *histórias* sobre Jesus, isto é, o que ele fez e disse, e como ele viveu e morreu, para que possamos crer nele e segui-lo. Em outras palavras, se quisermos descobrir a identidade de Jesus, temos que olhar para o que Jesus disse e fez durante seu ministério. Lá encontramos que o centro da mente, do coração e do ministério de Jesus é a regra ou o *reino de Deus*. Podemos dizer, então, que Jesus é a pessoa que viveu e morreu pelo reino de Deus, e que nos convidou a segui-lo nessa forma de viver e morrer. Assim, dizer quem é o que Jesus é (Cristologia) serve para fazer discípulos. O que esse discipulado implica aqui e agora e para esse indivíduo não pode ser decidido de antemão, mas deve ser descoberto por ouvir a voz do Espírito Santo no indivíduo e na comunidade.

Sem dúvida, essas duas formas de

descrever a identidade de Jesus, tecnicamente chamadas de “Cristologia ontológica” e “Cristologia funcional”, respectivamente, não contradizem uma à outra. Não é uma questão de que uma é falsa, e a outra, verdadeira. Pelo contrário, é a questão de qual das duas é mais fiel aos evangelhos e mais apropriada para a pregação da Boa Nova sobre Jesus, e, por causa disso, não há dúvida de que a Cristologia funcional leva vantagem.

IHU On-Line - Essa forma de afirmar a identidade de Jesus não o reduz a ser simplesmente um “homem”, em detrimento da sua divindade, e de ser simplesmente um “homem para os outros”?

Peter C. Phan - Dizer que Jesus é a pessoa que viveu e morreu pelo reino de Deus não é, de forma alguma, equivalente a dizer que ele é meramente e apenas um homem, em detrimento da sua divindade. Como mencionado acima, Jesus demonstra que ele é o “Filho de Deus” precisamente por ser perfeitamente obediente à vontade de Deus e no cumprimento de seu papel como o Servo Sofredor. Isso é o *como* ele é divino. E ele é humano não adotando uma natureza humana em abstrato, uma “essência” chamada humanidade, mas por viver sua obediência à vontade de Deus, isto é, cumprindo seu serviço ao Reino de Deus por meio de um corpo e uma alma e um espírito particulares, e dentro de um tempo e espaço circunscritos, dentro de uma história limitada. Isso é o *que* a humanidade de Jesus, bem como a nossa, significa.

Mais uma vez, dizer que Jesus é um “homem para os outros” não é, de forma alguma, equivalente a negar sua divindade. Pelo contrário, serve para tornar concreta a sua divindade. Os “outros” aqui não se referem apenas aos seres humanos, mas também a Deus. Ser absolutamente obediente à vontade de Deus, ou “ser para Deus” era, para Jesus, ser o “Filho de Deus”.

IHU On-Line - Como conhecemos esse Jesus, “homem para os outros”?

Peter C. Phan - Para muitos católicos, a resposta tradicional a essa questão é que nós conhecemos Jesus por meio

dos ensinamentos do magistério oficial da Igreja, isto é, dos Concílios, dos papas e bispos, que foram resumidos no catecismo, por exemplo, o Catecismo da Igreja Católica. Outras fontes para conhecer Jesus incluem a liturgia, as devoções e as orações, o *magisterium* dos teólogos, a música e as canções sacras, a arte e a arquitetura sacras, e assim por diante. Em geral, os católicos diriam que nós conhecemos Jesus por meio da Tradição.

Além disso, para todos os cristãos, as fontes normativas para conhecer Jesus são a Bíblia, tanto o Antigo quanto o Novo Testamento, e, em particular, os quatro evangelhos. Os estudiosos da Bíblia têm aplicado vários métodos para determinar, com razoável certeza, o que Jesus disse e fez. Embora os métodos literários e históricos sejam necessários e úteis para estudar a Bíblia, eles só podem fornecer informações sobre o “Jesus histórico” ou, mais precisamente, o Jesus como lembrado e registrado pelos quatro evangelhos, e não o “Jesus da história”, isto é, o Jesus real, que viveu na Palestina há mais de 2 mil anos, e sobre o qual os evangelhos só nos dão um relato parcial e incompleto. Esses métodos podem revelar apenas o mundo *por trás* e *no* texto bíblico, mas não podem revelar o mundo *diante do* texto, que nos chama a entrar para que nos tornemos discípulos de Jesus.

Para descobrir Jesus e o seu significado como “homem para os outros” para as nossas vidas hoje, precisamos combinar a Escritura e a Tradição com uma terceira fonte para conhecer Jesus. Alguns teólogos asiáticos chamam-na de “o *magisterium* dos pobres”. Por “pobres”, eles se referem, em primeiro lugar, aos economicamente pobres, mas também àqueles que são marginalizados por quaisquer motivos, tais como raça, etnia, gênero e orientação sexual, cultura, tradição religiosa e assim por diante. Todos esses “pobres” são os destinatários preferenciais do amor de Deus, com os quais Jesus permaneceu em solidariedade durante seu ministério. Eles nos ensinam o que Jesus diria e faria hoje ou qual seria o real significado do que Jesus uma vez disse e fez. Na sua pobreza, eles nos ensinam sobre Deus e Jesus aquilo que papas, bispos,

**“O grito final de Jesus,
desesperado e ainda
confiante em Deus, deu
voz tanto ao mais
escuro desespero de
bilhões de seres
humanos que vivem na
pobreza e na opressão,
quanto à sua mais
profunda confiança de
que Deus permanecerá
fiel à Sua promessa de
libertação e de salvação
a eles”**

padres e teólogos não ensinam e não podem ensinar, porque esses professores comumente não são pobres, segundo qualquer padrão, mas geralmente vivem em conforto, senão no luxo.

IHU On-Line - Como essa forma de conhecer Jesus esclarece o significado do último grito de Jesus na cruz?

Peter C. Phan - No contexto do *magisterium* do pobre, podemos entender melhor o grito de Jesus na cruz: “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?” (Mateus 27, 46; Marcos 15, 34). Não há necessidade de especular, como alguns teólogos ocidentais fizeram, sobre como, na cruz, o Pai e o Filho, dentro da vida íntima da Trindade, são distanciados um do outro e são reconciliados pelo Espírito Santo. Embora essa teoria possa satisfazer a nossa curiosidade sobre como Deus é um e ainda três (a Trindade), ela deixa escapar a situação concreta e histórica da morte de Jesus. O grito final de Jesus, desesperado e ainda confiante em Deus, deu voz tanto ao mais escuro desespero de bilhões de seres humanos que vivem na pobreza e na

opressão, quanto à sua mais profunda confiança de que Deus permanecerá fiel à Sua promessa de libertação e de salvação a eles.

IHU On-Line - O que essa compreensão de Jesus tem a ver com as outras religiões?

Peter C. Phan - Além das três fontes para conhecer Jesus acima referidas, eu acrescentaria uma quarta: as experiências dos crentes em Deus não cristãos (e dos não crentes). Aqui, vou me limitar aos crentes não cristãos. A razão para a necessidade de entrar em diálogo com os crentes não cristãos é que *ser religioso hoje é ser inter-religioso*. Assim, ser cristão hoje exige viver, trabalhar, teologizar e partilhar experiências espirituais com os não cristãos. Em termos de Cristologia, podemos descobrir a verdadeira identidade de Jesus somente por meio do diálogo inter-religioso, no aspecto quádruplo recém mencionado. Quem Jesus é para nós ainda permanece como algo a ser descoberto, e consequentemente a Cristologia continua sendo um projeto inacabado e permanente. Essa Cristologia, feita no contexto do diálogo inter-religioso, vai ser muito diferente, embora não necessariamente contraditória, à Cristologia clássica de uma-pessoa-duas-naturezas acima referida.

O diálogo inter-religioso não leva à “ditadura do relativismo”. Por causa desse medo do relativismo, tem sido sugerido que o diálogo inter-religioso deve ser limitado ao diálogo intercultural, isto é, o diálogo sobre o impacto cultural e social de várias religiões e não sobre a sua fé e suas crenças. Porém, os parceiros no diálogo inter-religioso não precisam e não devem delimitar a sua fé nas suas tradições religiosas (no caso dos cristãos, sua fé em Deus, em Jesus e no Espírito, por exemplo). No diálogo inter-religioso, nossa fé permanece firme e será intensificada, mas nossa compreensão e as práticas da nossa fé serão desafiadas, corrigidas, complementadas, enriquecidas pelo aprendizado a partir da compreensão e das práticas dos crentes de outras religiões (e, esperamos, vice-versa).

Pode ser bom lembrar que os cristãos

não são os únicos a reivindicar “unicidade” e “universalidade” para o seu fundador, Jesus. O livro hindu “Bhagavad Gita” também reivindica que Krishna é adorado sempre que os outros deuses são adorados, e que o seu ensinamento é a melhor e a única forma de obter a libertação do ciclo de morte e do renascimento. Os budistas estão convencidos de que o Buda mostrou-lhes a melhor e a única forma de alcançar o nirvana, e, embora o próprio Buda não tenha reivindicado ser o “caminho”, mas apenas o dedo que aponta o caminho, e, é claro, não afirmou ser divino, ele não se tornou, com isso, menos atraente para os bilhões de seres humanos, tanto os do passado, quanto os do futuro previsível, como um guia certo para o pleno florescimento humano. Confúcio raramente fala sobre Deus ou o Céu, mas seu ensinamento alimentou a vida espiritual de bilhões de seres humanos em sua busca para alcançar a humanidade completa. Os muçulmanos acreditam que a Palavra de Deus foi revelada ao profeta Maomé, e que, portanto, o Alcorão deve ser a única norma verdadeira e absoluta para todos os seres humanos.

No diálogo inter-religioso essas reivindicações de exclusividade, unicidade e universalidade para a própria religião colidem umas com as outras, mas não devem ser abandonadas. O que se espera que aconteça é que a compreensão dessas reivindicações sejam reavaliadas, refinadas e modificadas, e que talvez as palavras “universalidade”, “unicidade” e “exclusividade”, por causa de sua bagagem colonialista e imperialista, sejam percebidas como não mais apropriadas e úteis para expressar a nossa fé em Jesus, Krishna, o Buda, em Confúcio e no Alcorão. Nesse sentido, uma *Cristologia inter-religiosa* está ainda para ser feita e emergirá somente do fogo purificador do diálogo inter-religioso.

LEIA MAIS...

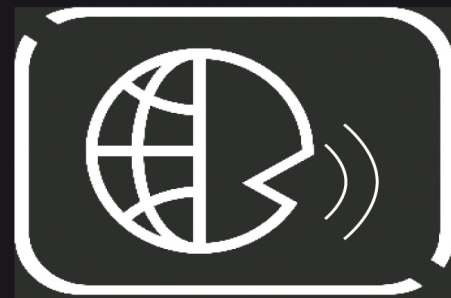
>> Peter Phan já concedeu outra entrevista à IHU On-Line:

* *Jesus inclui de algum modo e se “associa” a outras figuras religiosas em seu trabalho de salvação?*, publicada na IHU On-Line número 253, de 07-04-2008, disponível em <http://migre.me/13mDY>

CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA WWW.IHU.UNISINOS.BR



O contexto histórico da atuação sindical e a convergência midiática

POR EDUARDO SILVEIRA DE MENEZES*

A máxima proclamada por Karl Marx e Friedrich Engels no Manifesto do Partido Comunista, em 1848, na qual convocavam os trabalhadores de todo o mundo para que aproximassem suas lutas e enfrentassem os donos do capital, acabou sendo ironicamente apropriada pelos barões da mídia. Ao invés do proletariado de todo mundo unir-se, quem se fortaleceu e, de certa forma, unificou-se incentivando o avanço das novas tecnologias, foram grandes empresas ligadas ao ramo das comunicações. Neste cenário, cada vez mais absorto em fetichismos tecnológicos e disputas de audiência, volta-se o olhar para a atuação sindical e o papel estratégico que estas organizações têm ao desafiar o poder estabelecido, agindo, principalmente, no âmbito comunicacional. Tarefa nada fácil, ainda mais levando em conta que a existência do sindicalismo no Brasil é fortemente marcada pelo controle estatal.

Em 1930, o então Presidente Getúlio Vargas toma uma série de medidas para atrelar as organizações sindicais ao Estado. Paralelamente à criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, passa a vi-

gorar o Decreto-Lei nº 19.770,¹ com o objetivo de regular a sindicalização das classes patronais e operárias, controlando a criação e a atuação destas entidades. Ainda neste governo cria-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, ao aglutinar toda legislação trabalhista, passa a regulamentar as relações estabelecidas entre patrões e empregados, restringindo a livre associação sindical. Este entulho autoritário do Estado Novo só é rechaçado com a Constituição Federal de 1988,² que determina em seu artigo 37, inciso VI, ser “garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical”.

Antes disso, durante a ditadura de 1964, as organizações sindicais protagonizaram um importante movimento de contestação ao Governo Militar. As entidades classistas foram responsáveis por unir as principais lideranças políticas do país que eram contrárias ao regime e passaram a exigir a retomada da democracia e

1 BRASIL. Decreto-Lei nº 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm>. Acesso em: 25 jul. 2010.

2 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 25 jul. 2010.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS, bolsista da CAPES, membro do grupo de pesquisa CEPOS (apoiado pela Ford Foundation) e graduado em Jornalismo pela UCPel. E-mail: <dudumenezes@gmail.com>.

a participação popular nas decisões governamentais. Não obstante, esta postura combativa foi perdendo força ao longo dos anos, atingido seu ápice com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder. A perplexidade e insatisfação de parte da sociedade brasileira frente à política neoliberal adotada pelo atual governo federal não foi suficiente para motivar a principal central sindical do país a pressionar seu ex-líder por uma mudança de atitude. Situação que acaba se refletindo na falta de identificação de grande parte da classe trabalhadora com o movimento sindical nos dias de hoje.

Diferente das diversas publicações classistas que circularam no Brasil e foram responsáveis pela propaganda operária até o golpe militar, as atuais experiências de mídia, oriundas das organizações sindicais, mesmo estando inseridas dentro do espectro da convergência midiática, continuam deixando a desejar tanto no formato quanto no conteúdo de suas produções. A imprensa sindical, que chegou a ter oito jornais diários circulando no Brasil na década de 1940, conquistou o respeito da classe trabalhadora por que buscava aproximar-se da sua realidade. No entanto, ao seguir cegamente a linha ditada pelo Estado Soviético, a imprensa daquela época sucumbiu, pois, com o passar do tempo, nada mais dizia sobre a realidade local.

Muito mais atentos aos avanços das tecnologias de comunicação, os prin-

“Diferente das diversas publicações classistas que circularam no Brasil e foram responsáveis pela propaganda operária até o golpe militar, as atuais experiências de mídia, oriundas das organizações sindicais, mesmo estando inseridas dentro do espectro da convergência midiática, continuam deixando a desejar tanto no formato quanto no conteúdo de suas produções”

cipais grupos econômicos multinacionais, atuando por meio dos grandes conglomerados de mídia, se beneficiaram da falta de interferência do

Estado na regulação da atividade econômica e da pouca pressão exercida pelas organizações sindicais visando o controle dos grupos privados. Assim, as empresas voltadas ao setor de comunicação acabaram diversificando a oferta de produtos sem maiores restrições. A convergência permite, por exemplo, que em um mesmo pacote possam ser incluídos serviços de telefonia fixa, móvel, internet e TV a cabo. Ao ter acesso às novas tecnologias e utilizar os serviços disponíveis, o trabalhador sente-se contemplado e inserido neste novo ambiente midiático, embora não diversifique o consumo de conteúdos.

É neste espaço que devem atuar as organizações sindicais, pois, com a convergência midiática, a classe trabalhadora passa a configurar-se também como produtora de conteúdo, deixando de ser mera consumidora de informação. Os grandes conglomerados de comunicação cada vez mais oferecem recursos midiáticos, criando a ilusão de que os trabalhadores estão inseridos no universo produtivo, por que permitem que eles disponibilizem conteúdos na internet, mesmo que sejam todos muito semelhantes e, em geral, acríticos. Às organizações sindicais cabe o papel de aproximarem-se dos trabalhadores, fornecendo em seus canais de comunicação espaços de verdadeira atuação política, os quais devem permitir a crítica ao governo e, assim, renovar também o próprio movimento sindical.

PPGCC UNISINOS
Especialização • Mestrado • Doutorado

Fone: (51) 3591.11.22
Ramal 1356

Para a Compreensão da Economia Política da Teledramaturgia



NÚCLEO DE ANÁLISE DA
TELEDRAMATURGIA

www.grupocepos.net/nat

Contatos:

nat@grupocepos.net

Val.bri@terra.com.br

Kalikoske@hotmail.com

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 03-08-2010 a 07-08-2010.



Um Código sem fundamentação científica
Entrevista com Ricardo Ribeiro Rodrigues, professor da USP

Confira nas Notícias do Dia de 03-08-2010
Disponível no link <http://migre.me/12M6C>

O “novo” Código Florestal não tem o apoio da comunidade científica porque o relator, deputado do PCdoB, usou somente dados que lhe interessavam, explica o professor da USP.



O desenvolvimento e os direitos das comunidades indígenas

Entrevista com Lúcia Helena Rangel, professora da PUC-SP

Confira nas Notícias do Dia de 04-08-2010

Disponível no link <http://migre.me/12M8i>

“Há gente morando à beira da estrada por que há uma negação absurda de negação à terra em regiões onde o desenvolvimento econômico é forte”, constata a pesquisadora e professora da PUC-SP.

Argentina: Governo, Igreja e o casamento gay

Entrevista com Eduardo de la Serna, padre argentino



Confira nas Notícias do Dia de 05-08-2010

Disponível no link <http://migre.me/12Ma9>

“A Igreja precisa começar a propor ideias que nasçam a partir da credibilidade que tem diante da sociedade e não do poder que exercia sobre ela”, diz o teólogo argentino.



Alter do chão: um aquífero de 84 quadrilhões de litros de água

Entrevista com André Montenegro Duarte, pesquisador

Confira nas Notícias do Dia de 06-08-2010

Disponível no link <http://migre.me/12MbB>

“A água também pode ter um valor de ‘não uso’ agregado. O mais importante, nesse caso, é, principalmente, preservar o ciclo da água do que o reservatório em si”, diz o pesquisador.

Colômbia: ‘Esperamos que o governo Santos possa construir um processo de paz’ Entrevista com Maurício Duran, cientista político colombiano

Confira nas Notícias do Dia de 07-08-2010

Disponível no link <http://migre.me/13mGd>

“Na Colômbia, nestes últimos anos, este número é incrivelmente maior, algo em torno de 60 mil. A situação é cada vez mais crítica na medida em que o conflito não se resolve”, constata cientista político colombiano.

SEMINÁRIO JOGUE ROAYVU: HISTÓRIA E HISTÓRIAS DOS GUARANI

DATA DE INÍCIO: 12/08/2010 DATA DE TÉRMINO: 14/10/2010

INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR

Confira, a seguir, algumas das entrevistas que foram publicadas pela IHU On-Line no site, no período em que a revista esteve em recesso, coincidente com as férias dos alunos da Unisinos.

O ideal da suma qamaña. Os indígenas e a nova Constituição da Bolívia

Entrevista com Xavier Albó, antropólogo boliviano

Confira nas Notícias do Dia de 14-07-2010

Disponível no link <http://migre.me/13mWw>

“Entre 2006 e 2008 se elaborou, na Bolívia, uma nova Constituição, hoje a mais inclusiva da América Latina”, constata o antropólogo boliviano. Segundo ele “ela propõe como ideal o suma qamaña, isto é, conviver todos bem (e não uns melhor que outros) tanto entre si, como com a natureza”.

Um homem ameaçado de morte

Entrevista com Javier Giraldo, jesuíta

Confira nas Notícias do Dia de 15-07-2010

Disponível no link <http://migre.me/13mXA>

“A Colômbia é realmente um país que não vai bem. Creio que o presidente Santos compartilhará das mesmas coisas que Uribe defende. Não acredito que ele vá mudar essa estratégia de manejar dois tipos de grupos paramilitares”, opina o jesuíta ameaçado de morte.

Belo Monte: 30 anos de cooptação e omissões

Entrevista especial com André Villas Boas, indigenista

Confira nas Notícias do Dia de 19-07-2010

Disponível no link <http://migre.me/13mYA>

“O que está havendo na região é um assédio em relação às etnias sem que haja uma discussão esclarecedora sobre os impactos e as definições de vários aspectos da obra. Assim, os povos estão se dividindo politicamente”, constata o indigenista.

XI SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU: O (DES)GOVERNO BIOPOLÍTICO DA VIDA HUMANA



INÍCIO: 13/9/2010
TÉRMINO: 16/9/2010

WWW.IHU.UNISINOS.BR



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 12/8/2010	
Evento: Seminário Jogue Roayvu: História e Histórias dos Guarani. Pré - evento do XII Simpósio Internacional IHU: A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade. Palestrantes: Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins - Unisinos, Prof. Dr. Jairo Rogge -IAP- Unisinos e Prof. Dr. Walmir Pereira - Unisinos Tema: Introdução ao seminário: integração e algumas reflexões iniciais Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 19h30min às 22h	
Evento: IHU Ideias - Agosto 2010 Palestrante: MS Bianca Sordi Stock - Fundação Nacional de Saúde - FUNASA Tema: Psicologia, Saúde Mental e Povos Indígenas: composição de possíveis. Pré - evento do XII Simpósio Internacional IHU: A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade. Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 17h30min às 19h	

AMAZÔNIA EM DEBATE

INÍCIO: 05 DE AGOSTO DE 2010

TÉRMINO: 06 DE AGOSTO DE 2010

INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR

Eventos

História contínua: os Guarani de ontem e hoje

De acordo com o historiador Jairo Rogge, pesquisas indicam que os guarani têm origem amazônica e migraram para o sul do Brasil há cinco mil anos

POR PATRICIA FACHIN

Ao estudar a expansão dos povos guarani no Brasil, o historiador Jairo Rogge constata que há “uma forte articulação dessas populações com um ambiente ecológico específico, que é o das matas e várzeas de rios e áreas de solo fértil”. Essa relação destes povos com o meio ambiente “parece ter moldado um sistema sócio-cultural muito marcado, que deu origem a um modo de vida tradicional e sempre exaltado”, enfatiza.

Em entrevista à **IHU On-Line**, por e-mail, ele ressalta que, embora a cultura guarani tenha sido influenciada pelo contato com diversos colonizadores, os povos indígenas também deixaram marcas na cultura gaúcha. “Talvez a maior influência dos guarani é nos fazer perceber que as sociedades indígenas não são uma ‘entidade do passado’, não estão congeladas no tempo e no espaço e não correspondem à noção popular de que ‘índio é tudo igual’. Muito pelo contrário, estão aí, convivendo conosco, tendo desejos semelhantes, angústias semelhantes às nossas, lutando por espaço, comida, saúde, educação, embora possuindo uma lógica distinta da nossa”. E dispara: “Somente quando soubermos respeitar essa diferença, que ao mesmo tempo tem tantas coisas em comum, é que aprenderemos a ser mais ‘humanos’”.

Jairo Rogge é doutor em História pela Unisinos. Desde 1992, é pesquisador da Universidade e desenvolve atividades no Instituto Anchieta de Pesquisas, na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Pré-Histórica.

Jairo Rogge ministrará, juntamente com a professora Maria Cristina Bohn Martins e com o professor Walmir Pereira, a palestra Introdução ao seminário: integração e algumas reflexões iniciais, parte da programação do Seminário Jogue Roayvu: História e Histórias dos Guarani. Pré-evento do **XII Simpósio Internacional IHU: A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade**, em 12/8/2010, às 19h30min, na sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. A inscrição pode ser feita no endereço eletrônico <<http://migre.me/ZudT>>. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais as datações mais aceitas para a presença Guarani no sul do Brasil? Como, por que e em que contexto histórico ocorreram as primeiras ocupações dos povos guarani no sul do Brasil?

Jairo Rogge - Os sítios arqueológicos guarani mais antigos que conhecemos e que possuem datações confiáveis são encontrados por volta do final do primeiro século da Era Cristã, há cerca de 1.800 anos. As populações de língua tupi-guarani, entre as quais encontram-se os guarani, têm uma origem

amazônica. Embora ainda faltem muitos estudos nesse sentido, a hipótese é de que esses grupos tenham iniciado, por questões de aumento de densidade populacional nas áreas de origem, uma ampla migração em direção sul há cerca de cinco mil anos, tendo alcançado o sul do Brasil e o litoral atlântico através da colonização progressiva das florestas que acompanham os vales dos grandes rios das bacias do Paraguai/Paraná, Uruguai e Prata. Nessa época, uma série de expansões indígenas estavam ocorrendo no território brasi-

leiro e, junto com elas, quase sempre estava associada a utilização de plantas domesticadas, como o milho, a mandioca, a batata doce entre outras.

IHU On-Line - No processo de migração pelo Brasil, como os Guarani se dispersaram ao longo de todo o país? O que os levou a optar por determinadas regiões?

Jairo Rogge - O que houve realmente foi um amplo processo de expansão através de diversas ondas migratórias, gradualmente ocupando os vales dos

grandes rios e seus tributários, buscando áreas dominadas pela floresta tropical e sub-tropical, com solos férteis e alto índice pluviométrico. Essas condições ecológicas eram procuradas, pois havia toda uma adaptação anterior a esse tipo de ambiente, criando um modo de vida próprio que os guarani buscavam replicar incessantemente. Em geral, regiões onde tais condições não ocorriam, não eram ou eram pouco ocupadas pelos grupos tupi-guarani.

IHU On-Line - Que aspectos o senhor destaca na formação e dispersão dos grupos proto-guarani no sul do Brasil?

Jairo Rogge - Uma coisa que chama a atenção quando se estuda a expansão guarani é justamente a forte articulação dessas populações com um ambiente ecológico específico, que é o das matas e várzeas de rios e áreas de solo fértil. Essa estreita relação ecológica também parece ter moldado um sistema sócio-cultural muito marcado, que deu origem a um modo de vida tradicional e sempre exaltado pelos guarani. Outro aspecto importante é a incrível prescritividade da cultura, especialmente quando tratamos da arqueologia guarani.

IHU On-Line - Como se deu a organização do espaço guarani nas reduções jesuíticas?

Jairo Rogge - O modo de vida tradicional dos guarani, no período missionário, foi dramaticamente modificado pela estrutura da vida nas reduções, não só no aspecto ideológico como sobretudo no aspecto da organização social e espacial. Embora os missionários tenham, eventualmente, mantido determinados elementos da estrutura social nativa, a adaptação ao espaço missionário, caracteristicamente europeu, certamente não deve ter sido fácil. Da aldeia tradicional à forma urbanizada da missão, principalmente o que mudou foi o controle sobre os indivíduos, facilitado pela planta da missão.

IHU On-Line - Como descreve a relação dos Guarani com os jesuítas? Como eles influenciaram a cultura e a identidade desse povo?

Jairo Rogge - As principais referências sobre a vida nas reduções provêm de um tipo específico de documentação, as “cartas ânuas”, que eram uma espécie de relatório escrito pelos padres e enviadas a seus superiores. Em muitas delas (ou praticamente todas), os relatos mostram que as condições não eram muito fáceis, para ambos os lados. De uma maneira geral, os padres se queixavam muito dos índios, mas certamente o inverso também era verdadeiro. Com certeza, os padres tiveram uma dificuldade muito maior com determinados indivíduos, os líderes religiosos tradicionais. Com esses, o conflito era permanente. No entanto, a influência jesuítica (e, consequentemente, europeia) sobre os índios acabou sendo enorme e, em certo sentido, prevaleceu e se incorporou à própria história indígena guarani. É interessante notar que, para muitos m'byá ainda hoje, seus “ancestrais” não são apenas os índios missionários, mas os próprios padres jesuítas.

IHU On-Line - O que a arqueologia tem revelado sobre a história dos Guarani que habitaram o sul do Brasil?

Jairo Rogge - O grande trunfo da pesquisa arqueológica é poder extrair conhecimento a partir de elementos aparentemente estáticos, como é o caso dos objetos que compõem parte da cultura material dos guarani do passado. Porém, essa percepção estática é totalmente enganosa, pois é possível tornar dinâmico esse conhecimento e compreender como uma população humana, no caso os guarani, viviam e se relacionavam entre si, com outros grupos e com o meio físico que exploravam e ocupavam.

IHU On-Line - Que reflexões o evento Seminário Jogue Roayvu: História e Histórias dos Guarani propõe sobre a trajetória dos guarani no Brasil?

Jairo Rogge - A ideia do seminário é difundir o conhecimento gerado por diferentes abordagens, tais como a arqueologia, a etnohistória e a etnografia sobre os guarani de ontem e de hoje. Nesse sentido, pretende trazer à tona uma avaliação e discussão sobre a importância desse grupo étnico e, em

uma perspectiva de história contínua, compreender os diferentes processos ligados à continuidade e mudança cultural dessas populações.

IHU On-Line - Qual a influência do povo Guarani na formação da cultura gaúcha?

Jairo Rogge - Fora as influências mais óbvias, como na onomástica e em determinados hábitos culturais e alimentares, talvez a maior influência dos guarani (e de outras etnias indígenas) é nos fazer perceber que as sociedades indígenas não são uma “entidade do passado”, não estão congeladas no tempo e no espaço e não correspondem à noção popular de que “índio é tudo igual”. Muito pelo contrário, estão aí, convivendo conosco, tendo desejos semelhantes, angústias semelhantes às nossas, lutando por espaço, comida, saúde, educação, embora possuindo uma lógica distinta da nossa. Somente quando soubermos respeitar essa diferença, que ao mesmo tempo tem tantas coisas em comum, é que aprenderemos a ser mais “humanos”.

IHU On-Line - O antropólogo Bartomeu Melià disse que “os guarani são, ao mesmo tempo, um povo sem história e um povo com muitas histórias”. Como o senhor interpreta essa citação?

Jairo Rogge - Tive o prazer de ter sido aluno do Pe. Melià quando cursei o mestrado em História na Unisinos, no início dos anos 90, e lembro de uma colocação sua que não esqueço: parafraseando Todorov, ele dizia que Colombo havia “descoberto” a América, mas não os “americanos”.

Desde então, tem havido um processo sistemático de “encobrimento” das sociedades nativas. E é nessa perspectiva de “encobrimento” que passamos a ver as sociedades indígenas como sociedades “sem história”, incapazes que são de construir uma historicidade própria. Será isso verdade? Logicamente que não. Os guarani têm seus próprios modos de produção histórica e, entre eles, a história se repete e é construída a cada dia, pelos mitos, pelas músicas, pelas rezas. São, sim, muitas as histórias dos povos guarani.

“Os indígenas estão contribuindo imensamente com a Psicologia”

Bianca Sordi Stock explica que os povos indígenas sofrem de problemas ligados às emoções e comportamento, de ordem subjetiva, no entanto, sentem e significam de maneiras diferentes

POR GRAZIELA WOLFART

“**P**sicologia, Saúde Mental e Povos Indígenas: composição de possíveis”. Este será o tema de um evento a ser realizado na próxima quinta-feira, dia 12 de agosto, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. A MS Bianca Sordi Stock, da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, conduz o debate das 17h30min às 19h, que será um pré-evento do XII Simpósio Internacional IHU: A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade, a ser promovido pelo IHU em outubro deste ano.

Bianca adiantou o tema para a **IHU On-Line**, concedendo a entrevista que segue, por e-mail. Nela, afirma que atualmente, o que mais preocupa as lideranças são os casos de uso abusivo de bebidas alcoólicas, baixa autoestima, suicídio, violência e o aumento relevante do uso de psicotrópicos pelas mulheres. “A psicologia construiu, ao longo da sua história, ferramentas para lidar com estes desafios, assim como as populações indígenas têm as suas próprias ferramentas. O mais rico destes encontros é podermos habitar os paradoxos, ocupar o espaço entre e a interlocução de saberes. Assim produzimos diferença, no sentido de diferenciarmos a vida, ampliarmos seus possíveis, ao invés de nos vermos encurralados em um determinado sintoma de morte subjetiva”, afirma.

Bianca Sordi Stock possui graduação em Psicologia pela Unisinos e mestrado em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professora na Unisinos, tutora da residência em saúde mental coletiva da UFRGS e psicóloga da Fundação Nacional de Saúde - Funasa. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que relações podemos estabelecer entre Psicologia, saúde mental e povos indígenas?

Bianca Sordi Stock - Os povos indígenas hoje vêm enfrentando problemas novos em função da maior aproximação com a sociedade envolvente. No desejo de criarem alternativas de cuidado diferentes que auxiliem no enfrentamento dos novos cenários, estão procurando dialogar com setores da sociedade que ainda os desconhecem muito, como no caso dos profissionais psi e das práticas antimanicomiais e de redução de danos na saúde mental. Esta pode ser uma interface muito interessante, pois todos podem ter a ganhar, a ampliar os modos de ver o mundo, potencializando a vida. Os

encontros são interessantes na medida em que são realizados de maneira simétrica, sem hierarquia de saberes.

IHU On-Line - Como podemos avaliar, de forma geral, a saúde mental dos povos indígenas? Quais os principais conflitos por eles enfrentados?

Bianca Sordi Stock - Primeiramente uma ressalva deve ser feita. Não me sinto à vontade para falar em saúde mental dos povos indígenas. Penso que é muito cedo para fazermos uma transposição de conceito. Saúde mental é um conceito que não faz parte das cosmologias indígenas. Assim como as categorias diagnósticas que a Psicologia e a Psiquiatria construíram historicamente, como, por exemplo,

depressão, esquizofrenia, até mesmo alcoolismo. Os povos indígenas sofrem de problemas ligados às emoções e comportamento, de ordem subjetiva, no entanto, sentem e significam de maneiras diferentes. Isto faz toda a diferença nos modos de cuidado, de promover saúde. Atualmente, o que mais preocupa as lideranças, de uma forma geral, são os casos de uso abusivo de bebidas alcoólicas, baixa autoestima, suicídio, violência e o aumento relevante do uso de psicotrópicos pelas mulheres. A psicologia construiu, ao longo da sua história, ferramentas para lidar com estes desafios, assim como as populações indígenas têm as suas próprias ferramentas. O mais rico destes encontros é podermos habitar

os paradoxos, ocupar o espaço entre e a interlocução de saberes. Assim produzimos diferença, no sentido de diferenciarmos a vida, ampliarmos suas possibilidades, ao invés de nos vermos encurralados em um determinado sintoma de morte subjetiva.

IHU On-Line - Como a Psicologia pode contribuir para a saúde mental dos povos indígenas?

Bianca Sordi Stock - Em 2009 realizamos uma reunião no Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul, onde as lideranças indígenas da região metropolitana de Porto Alegre apontaram que o foco principal da atuação dos Psicólogos deve ser auxiliá-los a lidar com os problemas decorrentes do preconceito e da violência velada que sofrem no contato mais intenso com a sociedade envolvente. Desde, por exemplo, o fato de serem rejeitados no ônibus por terem cheiro de fumaça, assim como o atendimento inadequado nos postos de saúde, ou a cara de desgosto de parte da população que os vê comercializando artesanato e outros itens na feira da cidade. Achei importantíssima esta primeira recomendação das lideranças, pois coloca em questão a qualidade das relações que vêm estabelecendo com a cidade, com as outras culturas, com as instituições governamentais etc.

Nos termos do filósofo Spinoza¹, podemos questionar a qualidade destes encontros, se estão sendo bons ou maus e como podemos vivê-los de outras maneiras. A Psicologia é a profissão que problematiza as relações em seus mais dife-

¹ **Bento de Espinoza**: um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da chamada Filosofia Moderna, juntamente com René Descartes e Gottfried Leibniz. Nasceu em Amsterdã, nos Países Baixos, no seio de uma família judaica portuguesa e é considerado o fundador do criticismo bíblico moderno. (Nota da IHU On-Line)

“Os povos indígenas hoje vêm enfrentando problemas novos em função da maior aproximação com a sociedade envolvente”

rentes âmbitos, em uma função clínica e política da vida, criando coletivamente maneiras singulares de cuidado de si, do outro e do mundo. Portanto, além de esta ciência auxiliar no refinamento da capacidade crítica de problematização dos encontros, até mesmo os que se fazem com a bebida alcoólica, entre outros, vivo a experiência incrível de os indígenas estarem contribuindo imensamente com a Psicologia. Temos muito o que aprender com a convivência ao lado das comunidades indígenas e com o perspectivismo ameríndio. Uma iniciativa excelente foi realizada pelo Conselho de Psicologia de São Paulo, que em 2010 fez um processo participativo e descentralizado em todo o estado de São Paulo, convidando lideranças, comunidades indígenas, profissionais psi e da saúde, assim como antropólogos e instituições públicas para criarem as recomendações da atuação de psicólogos junto a populações indígenas. De uma série de encontros foi publicado recentemente o livro *Psicologia e Povos Indígenas*, com distribuição gratuita pelo Conselho Regional de Psicologia - CRP de São Paulo.

IHU On-Line - Como esse debate sobre a saúde mental dos povos indígenas pode contribuir para a discussão sobre a ideia de território, cultura e identidade dos indígenas?

Bianca Sordi Stock - Penso que tem muito a contribuir. Vivemos a sobreposição de territórios ancestrais e nacionais, assim como a sobreposição de territórios subjetivos. O que se passa no entre? São muitos conceitos que precisam ser revistos e escutados a partir modo indígena de pensá-los. Não vamos pegar cultura e identidade como construções dadas ou tranquilas para todos. Com os antropólogos que estão pensando o perspectivismo ameríndio, mas, sobretudo, com a convivência constante com as comunidades indígenas, tenho compreendido cada vez mais que identidade não tem a ver com diferença, inclusive, identidade, da maneira como a tradição ocidental a entende, não é um valor a ser afirmado nas relações ameríndias com o mundo. Esta discussão é de toda a relevância, pois nela estão contidas as balizas éticas da atuação dos psicólogos e outros profissionais que se veem às voltas com as questões de reconhecimento e afirmação cultural.

Tenho encontrado nos filósofos da diferença, assim como na clínica, que se pensa a partir desta interface um terreno fértil para pensarmos estas questões. A produção de saúde é inseparável da produção de subjetividade. Por isso, devemos perguntar nestas discussões, assim como Deleuze nos provoca: “fazemos isso, dizemos aquilo. Que modos de subjetivação isto implica?”

LEIA MAIS...

>> Bianca Sordi Stock já concedeu outra entrevista para a IHU On-Line:

* *O encontro entre a psicologia e os índios do espaço urbano*. Entrevista publicada nas Notícias do Dia de 06/10/2007, disponível em <<http://migre.me/12Pn3>>.

CICLO DE ESTUDOS EM EAD: SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

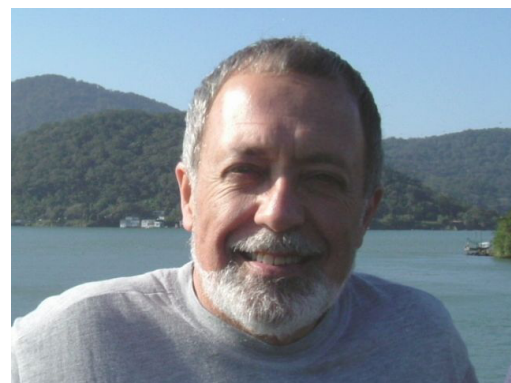
INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR

IHU Repórter

Alfredo Veiga Neto

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN | FOTO DIVULGAÇÃO

Um homem de trajetória simples, que procura fazer seu trabalho e viver de forma honesta e o mais agradável possível, causando o mínimo de problema possível para os outros. Este é Alfredo Veiga Neto, professor no curso de Gestão Cultural da Unisinos. Na entrevista que concedeu à IHU On-Line, ele conta alguns aspectos da sua história de vida, seus sonhos e opiniões. Confira.



Origens - Nasci em Porto Alegre, em 1945. Eu tinha três irmãos do primeiro casamento do meu pai. Em seguida faleceu uma irmã, de modo que eles eram mais velhos do que eu e então me criei sozinho, junto com sobrinhos e primos que freqüentavam muito a minha casa e eu a casa deles.

Formação - Estudei num grupo escolar estadual, chamado Ildefonso Gomes, que era localizado na Cidade Baixa, em Porto Alegre. Depois, estudei dois anos no IPA. E a partir da segunda série do então ginásio passei a estudar no Colégio Estadual Julio de Castilhos, que estava inaugurando sua sede onde é até hoje, no entroncamento da João Pessoa com o início da Azenha. Ali terminei o ginásio e concluí o ensino médio. Então, fiz vestibular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para o curso de História Natural. Concluí o curso em quatro anos, praticamente desde o início como bolsista de iniciação científica. Depois fiz uma especialização e fui morar em Criciúma, Santa Catarina. Me mudei para lá e fui trabalhar inicialmente em três hospitais, fazendo análises clínicas e aplicando um pouco da Biologia, que eu estudara; permaneci três anos nessa atividade. Isso aconteceu no início da década de 1970. Abandonei a rotina

estressante, e cansativa dos hospitais, que não se adaptava ao meu perfil, e meu engajei numa turma de pessoas da comunidade que estava criando um ensino superior. Então, fui um dos fundadores do que hoje é a Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina – UNESC – com sede em Criciúma. Fiquei nesta universidade, que então era um conglomerado de faculdades, durante sete anos. Lá tive várias funções administrativas, chegando a ser diretor geral deste conglomerado, que foi transformado em universidade alguns anos depois que saí de lá. Ao todo, fiquei dez anos em Santa Catarina. Nesse período aproveitei e fiz o mestrado em Genética na UFRGS. Isso era complicado porque as estradas na época eram muito ruins. Nessa época eu também era professor concursado na Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalhava em Florianópolis – na UFSC e no Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – e morava e também trabalhava em Criciúma.

Retorno - Em 1978 voltei para Porto Alegre, com o mestrado concluído. Então, me transferi UFSC para a UFRGS. Assim, ingressei como professor assistente nessa Universidade. Quando eu vim de lá já não me sentia mais como biólogo. Me sentia muito mais

envolvido com a educação, com administração e políticas educacionais e um pouco também com o ensino da Biologia. Por isso vim para a Faculdade de Educação da Universidade Federal, onde permaneci durante muitos anos e me aposentei na virada para o século XXI. Aqui na UFRGS fiz meu doutorado, que eu considero um tanto tardio, pois me envolvi muito com questões também administrativas; terminei o curso em meados da década de 1990. Mesmo aposentado, continuo trabalhando voluntariamente no mestrado e doutorado em Educação na UFRGS. Também fui professor na Ulbra durante alguns anos, de onde saí há mais de um ano.

Música - Ainda menino, comecei a estudar música. Continuei estudando quando me tornei jovem e depois me formei no curso de Música, do Instituto de Artes da UFRGS. Meu instrumento é o piano, instrumento ao qual dedicava muitas horas diárias. Posso dizer que tive uma excelente formação acadêmica em música. Mas chegou um momento em que eu senti que para a minha vida isso não seria uma profissão. Por isso decidi investir mais na minha formação de professor na área de Biologia e depois na Educação. Há mais de 20 anos, voltei a estudar e me dedicar (na medida do possível) à mú-

sica, especificamente ao jazz; montei uma banda, composta na sua maior parte por pessoas amadoras, mas amantes do jazz. Ensaíamos e nos apresentávamos semanalmente. Assim eu fiquei do início da década de 1980 até o início da década de 2000, quando a banda se desfez. O grupo ficou desfeito por três ou quatro anos e de um ano para cá retomamos os ensaios, mas agora sem maiores compromissos. Hoje somos quatro pessoas que se encontram e curtem juntas o jazz, sempre que podem.

Ingresso na Unisinos - Faz dois anos que a professora Miriam Dazzi me convidou para lecionar no curso de graduação em Gestão Cultural. Me tornei professor na Unisinos a partir daí.

Família - Fui casado durante muitos anos com uma ex-colega que também era professora na UFRGS. Com ela tive dois filhos, um casal. O Eduardo é arquiteto, fez mestrado em Arquitetura e trabalha em seu próprio escritório de arquitetura. A Ana Beatriz fez mestrado e doutorado em Biologia e Biotecnologia, e é professora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Meu segundo casamento é com a pro-

fessora Maura Corcini Lopes, que atua no Centro de Ciências Humanas da Unisinos. Moramos em Porto Alegre e com ela não tenho filhos.

Lazer - Vamos uma ou duas vezes por semana ao cinema. Aproveitamos lançamentos de filmes de arte e filmes menos comerciais. Lemos e viajamos muito. Quando há tempo e dinheiro viajamos a turismo. Temos um pequeno apartamento de um quarto na praia de Torres, para onde fugimos de vez em quando. É nosso refúgio, onde carregamos as baterias. Nem eu, nem a Maura praticamos esportes. Caminhamos sempre que dá, mas não é uma coisa religiosa. Meu hobby é a música: escutar e tocar piano sempre que sobra algum tempinho... coisa cada vez mais rara, infelizmente...

Sonhos - Continuar a levar a vida como estou vivendo. Tenho conforto financeiro, dentro do meu horizonte, não desejo mais do que não posso ter, tenho saúde, e vivo com a Maura, o que foi uma escolha nossa, muito acertada, e para mim absolutamente perfeita. Outro sonho é ter tempo, energia e saúde para curtir os amigos e parentes mais próximos, bem como me aproximar

mais dos livros que compro e não consigo ler em função da minha grande demanda de atividades.

Unisinos - A Unisinos tem o perfil ideal para uma universidade não pública. Faço uma avaliação muito positiva da Unisinos, a partir da longa e variada experiência universitária que tenho. É uma universidade privada, que deve cuidar da sua sobrevivência e da sua saúde institucional e financeira. Então, ela tem esse corte de uma instituição privada e não podemos fugir disso. Por outro lado, isso funciona como um meio de sustentação de uma política de educação superior que me parece extremamente importante, para a frente, comprometida, atualizada e democrática.

IHU - Eu tenho uma ligação muito boa com o IHU por intermédio de vários colegas, na medida em que me convidam para proferir falas; sinto sempre que as minhas sugestões e participações são bem aceitas. Eu reconheço no IHU um grupo muito sólido e plural, de pessoas interessadas na produção e na circulação do conhecimento acadêmico. Vejo com muito respeito o IHU. É um ambiente muito saudável e rico.



XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU - A EXPERIÊNCIA MISSIONEIRA: TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE

DATA DE INÍCIO: 25
DE OUTUBRO DE 2010
INFORMAÇÕES EM
WWW.IHU.UNISINOS.BR



Os desafios do desenvolvimento brasileiro

O renomado economista brasileiro Carlos Lessa estará na Unisinos no próximo dia 23 de agosto, falando sobre o tema Os desafios do desenvolvimento brasileiro. A atividade integra a programação do Ciclo de Palestras: Perspectivas socioambientais e econômicas do Brasil 2010 - 2015. Limites e Possibilidades, promovido pelo IHU, e acontece das 20h às 22h, no Anfiteatro Pe. Werner, da Unisinos. Para saber mais sobre este evento acesse <http://migre.me/12QH9>



Os Guarani e a economia do dom

O sistema econômico moderno caracteriza-se pela acumulação das riquezas e a busca incansável do lucro, relegando ao segundo plano as relações pessoais que são na realidade o suporte material para as trocas mercantis. Porém, esta não é a única alternativa de intercâmbio econômico que a história da humanidade conhece. Destacamos a economia do dom realizada entre alguns povos tradicionais, entre eles, os Guarani, objeto de interesse da Profa. Maria Cristina Bohn Martins nos **Cadernos IHU ideias** nº 138 intitulado *As sociedades indígenas e a economia do dom - O caso dos guaranis*. Neste sistema a dádiva e as relações de obrigação geradas com a troca são o que ganham destaque e não o acúmulo de bens e o dinheiro, pois seu interesse principal é a integração social. A versão em PDF dos **Cadernos IHU ideias** número 138 estará disponível para download gratuito no site do IHU a partir do dia 14 de agosto.



A virtualização do IHU

O site do IHU, com atualização diária de segunda a segunda, publica as **Notícias do Dia** e a **Entrevista do Dia**, que são hoje referência no Brasil inteiro para muitas pessoas.

As **Notícias do Dia** são uma compilação do que sai nos principais jornais do Brasil e do mundo, além de artigos de alguns parceiros, reunidas sob a ótica das linhas de ação e reflexão do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, e sempre em sintonia com os temas latentes da atualidade. A **Entrevista do Dia** é produzida pela equipe do IHU, tendo como objetivo repercutir o cenário atual. Siga o IHU também no Twitter e no Facebook, acessando www.ihu.unisinos.br

facebook



Apoio:



UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS